

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A tributação no Brasil incentiva o que deve ser evitado (Artigo)..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma do IR: onde estão os cálculos? - OPINIÃO JURÍDICA..... 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Onyx herda militares de Guedes que não zeraram fila de aposentadorias..... 6

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
SEGURIDADE SOCIAL

Queda da carga tributária - sonhar é diferente de poder (Artigo)..... 9

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Tribunal de Contas do Rio não sabe cuidar nem das próprias contas (Editorial)..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desigualdade exige novo paradigma político..... 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pré-campanha de Bolsonaro à reeleição já custa R\$ 67 bi..... 14

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

As vitórias de Lira, apesar de seu time - WAGNER PARENTE..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Sociedade não aceita uma nova aventura ditatorial"..... 18

PORTAL UOL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fórmula Bozo : golphismo, calote de dívida, diesel e Bolsa Família roubado..... 22

PORTAL UOL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Economistas já questionam se Guedes deixou de ser liberal e virou gastador..... 24

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brasil é país negro e feminino, governado por homens brancos , diz presidente da Oxfam
..... 26

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Risco fiscal e crise política afetam a retomada - SERGIO LAMUCCI..... 28

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Surto de covid-19 já afeta comércio exterior da China..... 30

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Teste de governabilidade em meio à crise	32
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
O custo Bolsonaro	34
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA ECONOMIA	
Crise institucional custa caro à economia	37
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Presidente deve entregar novo Bolsa Família e PEC dos precatórios a Lira	38
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Crescimento será insuficiente para baixar desemprego pós-pandemia	40
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
Oposição arma reação política à ofensiva de Bolsonaro na área social	42
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO POLÍTICA	
A delicada pauta eleitoral em tramitação no Congresso (Editorial)	43

A tributação no Brasil incentiva o que deve ser evitado (Artigo)

Rodrigo Spada, Presidente da Febrafite (Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais) Jefferson Valentin, Agente fiscal de rendas do estado de São Paulo

A disfuncionalidade do sistema tributário brasileiro faz com que sejam incentivadas práticas que em outros países são combatidas. Aqui, por exemplo, quem ganha menos paga proporcionalmente mais **impostos** do que quem ganha mais. Outro ponto que escancara nossos problemas tributários é o fato de ser mais lucrativo ao empresário retirar dinheiro de sua empresa do que reinvesti-lo, fortalecendo a companhia e a economia nacional.

O lobby político explica, em boa parte, o fato de a regressividade dos **tributos** sobre o consumo beirar o limite do insuportável e de o imposto sobre a renda ser mais um exemplo de regressividade, sobretudo por conta da isenção atribuída à distribuição de lucros e dividendos. Entre as maiores economias do mundo, o Brasil é o único país no qual essa distribuição é isenta. Será que nós estamos certos e o resto do mundo está errado?

Os defensores da isenção argumentam que as empresas já pagam alíquotas de Imposto de Renda mais altas que em outros países. Falam em 34%, dos quais seriam 25% de IR e 9% de CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). O argumento é falacioso por uma série de fatores, mas principalmente porque há diferenças na tributação dos diversos países, e uma comparação só seria razoável se partisse de uma alíquota efetiva média. Há diversos mecanismos que reduzem a alíquota efetiva do IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) nacional.

É comum encontrar, no Brasil, empregados que pagam mais IR que o proprietário da empresa. Para se ter uma ideia do desatino, segundo dados da **Receita Federal**, em 2018, 26.099 pessoas físicas declararam rendimentos acima de 320 salários mínimos. Destas, apenas 2.364 foram tributadas normalmente, enquanto 4.257 foram tributadas exclusivamente na fonte (ganhos de capital, aplicações financeiras etc.) e 19.478 receberam rendimentos isentos. Ou seja, cerca de 75% dos maiores rendimentos recebidos por pessoas físicas foram isentos.

Em 2019, R\$ 359,15 bilhões foram pagos a pessoas

físicas sócias de empresas optantes pelo lucro real ou presumido, e outros R\$ 120,51 bilhões foram pagos por empresas optantes do Simples Nacional. Somados, quase meio trilhão de reais totalmente isento de Imposto de Renda enquanto a tabela progressiva está há anos sem correção, avançando cada vez mais sobre o trabalhador de mais baixa renda.

Se a empresa retém lucros para investimentos, gerando mais emprego e renda, aumenta o valor de mercado de suas ações ou quotas -e, caso o empresário venda tais participações por valor maior do que as comprou, pagará Imposto de Renda sobre ganho de capital. Por outro lado, se a empresa distribui os dividendos em vez de investi-los, o empresário os receberá livre de tributação. A isenção sobre lucros e dividendos, portanto, representa um incentivo para que o empresário retire dinheiro da empresa.

Diante disso, concluímos que, neste ponto, a proposta do governo, no projeto de lei 2.337/202, caminha na direção correta, pois, ao acabar com a isenção sobre lucros e dividendos, melhora a progressividade do IR e gera mais justiça fiscal à matriz tributária brasileira. E é exatamente por isso que a proposta sofrerá poderosos ataques de uma elite empresarial que, longe de querer o desenvolvimento do país, preocupa-se exclusivamente com seus privilégios.

[...]

Para se ter uma ideia do desatino, em 2018, 26.099 pessoas físicas declararam rendimentos acima de 320 salários mínimos. Destas, apenas 2.364 foram tributadas normalmente, enquanto 4.257 foram tributadas exclusivamente na fonte e 19.478 receberam rendimentos isentos. Ou seja, cerca de 75% dos maiores rendimentos recebidos por pessoas físicas foram isentos

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49632>

Reforma do IR: onde estão os cálculos? - OPINIÃO JURÍDICA

Em 25 de junho de 2021, quase um ano após a apresentação da "primeira fase" do projeto de **reforma tributária**, o Projeto de Lei nº 3.887, de 2020, que institui a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), em substituição aos PIS e Cofins, a equipe econômica do governo apresentou a "segunda fase", conforme Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, levado ao Congresso, que abrange diversas alterações na tributação sobre a renda.

De imediato, o projeto causou críticas e rejeição, especialmente pelo fato de já anunciado retorno da tributação sobre os lucros e dividendos com alíquota de 20%, não ter vindo acompanhado pela diminuição proporcional do IRPJ, revelando nova tentativa de majoração da carga tributária e contrariando, mais uma vez, as reiteradas promessas deste governo e as próprias declarações públicas do ministro Paulo Guedes e do secretário José Tostes, de que as alterações do projeto seriam neutras e não importariam em aumento da tributação.

No entanto, a própria exposição de motivos do PL 2.337/2021 trouxe estimativas que já contestavam tais afirmações. Além disso, o próprio Ministério da Economia divulgou dados que contrariavam as falas de seu titular: inicialmente, previu-se um impacto financeiro de R\$ 1,9 bilhões, entre 2022 e 2024; depois, foram retificadas, reajustando-se o impacto positivo na arrecadação para R\$ 6,15 bilhões até 2024, conforme divulgado em "Nota Executiva" assinada pela Secretaria Especial da **Receita Federal do Brasil** e pelo power point denominado "Detalhamento das Estimativas".

Dois pontos merecem destaque: primeiro, o fato do órgão manter o discurso de que o impacto seria mínimo, não havendo que se falar em aumento da carga tributária; e, segundo, e mais espantoso, a circunstância destes dois documentos terem sido amplamente divulgados pela mídia e através de grupos de WhatsApp, reiterado modus operandi deste governo, mas inexplicavelmente não constarem de nenhum site oficial.

Em 13 de julho de 2021, além de eliminar outros pontos criticados do projeto original, o relatório preliminar reduziu a alíquota base do IRPJ em 10 pontos percentuais no primeiro ano, e 12,5% no segundo ano. Ou seja, em menos de 20 dias o relator

do PL 2.337/2021 diminuiu em 7,5% a alíquota base do IRPJ constante do projeto original e não apresentou os cálculos em que se baseou para estabelecer as novas alíquotas. Agora, em 3 de agosto de 2021, apresentou o substitutivo consolidado, juntamente com novas estimativas que projetam um ganho de R\$ 15,56 bilhões em 2022 e R\$ 250 milhões em 2023. Novamente, os cálculos não foram apresentados, mas apenas um resumo dos "impactos totais" referente a cada fonte de receita discriminada, conforme power point apresentado.

Conforme alertado por José Roberto Afonso, os dados oficiais sobre o impacto da tributação sobre a distribuição de dividendos não são suficientemente confiáveis. Confirmam esta percepção as declarações do ministro Paulo Guedes, ao afirmar que a arrecadação com a tributação de dividendos permitiria a injeção de R\$ 50 bilhões para reajuste do Bolsa Família. Para Raul Velloso, o governo tem feito chantagem com os parlamentares ao exigir a aprovação do PL 2337/2021 para financiar o programa social, sem que esteja claro se foram atendidos os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Também não nos parece que os cálculos do governo consideraram que cerca de US\$ 875 bilhões investidos por estrangeiros no Brasil, quase US\$ 600 bilhões têm como fonte investidores em países europeus, sendo mais de 90% decorrentes de países com os quais o Brasil celebrou acordos internacionais para evitar a bitributação.

Nas bastassem todas as contradições e diferentes estimativas apresentadas, chama atenção a falta de disposição da **Receita Federal** em conceder acesso à memória dos cálculos originais que embasaram o PL 2.337/2021 e seu substitutivo consolidado, a fim de discuti-los com especialistas e sociedade civil, revelando uma atuação pautada no autoritarismo obscurantista.

Ao propor o retorno a tributação sobre dividendos no Brasil, o governo traz alteração substancial na sistemática atual da tributação sobre a renda no país e sua aprovação e aceitação pela sociedade demanda amplo debate entre os diferentes atores políticos envolvidos. Isto porque, o sucesso de uma nova política tributária está diretamente ligado à sua capacidade de ser implementada de modo racional e participativo: quanto mais bem informados, mais

lógica, menos subjetivismo e capacidade de aprovação tem o projeto.

Sem informações disponíveis e confiáveis não há possibilidade de se realizar um debate de qualidade. Além disso, a falta de transparência nos dados fundamentais até para a elaboração da lei bloqueia a própria seriedade da discussão. Informações sobre a arrecadação tributária não devem ser um bem guardado segredo.

Nesse sentido, a abertura cios dados econômicos que instruíram o PL2337/2021 e seu substitutivo é urgente e necessária, pois só assim se fornecerá a possibilidade de um diálogo público informado, permitindo a construção democrática de uma alternativa viável a todos atores envolvidos, ajudando, inclusive, a superar o déficit de força de concretização (enforcement) da futura norma jurídica.

Lembre-mo-nos da advertência do juiz Louis Brandeis: "A luz do sol é o melhor desinfetante".

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186974?page=1§ion=1

Onyx herda militares de Guedes que não zeraram fila de aposentadorias

Julio Wiziack e Fábio Pupo

O ministro do Trabalho e da Previdência, Onyx Lorenzoni, herdou mais de 2.500 servidores aposentados - um terço deles de militares- contratados pelo Ministério da Economia com o objetivo anunciado de, em até um ano, zerar a fila de pedidos de aposentadorias do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

Hoje, esse grupo custa R\$ U4 milhões ao ano para os cofres públicos, e a fila encontra-se praticamente do mesmo tamanho, segundo boletim mensal do próprio órgão.

No dia do anúncio da contratação, em janeiro de 2020, o então secretário especial de Trabalho e Previdência, Rogério Marinho, afirmou que havia uma fila de 1,3 milhão de pedidos esperando há mais de 45 dias, prazo máximo previsto para resposta e que foi alterado recentemente para 90 dias após acordo com o STF (Supremo Tribunal Federal).

De acordo com o balanço mensal do órgão, naquele momento, eram 1,6 milhão os pedidos na fila aguardando posição do **INSS** e, em junho de 2021, dado mais recente, 1,4 milhão.

O presidente do **INSS**, Leonardo Rolim, defende a contratação de militares da reserva e servidores aposentados como positiva dizendo que, sem ela, a fila poderia ser ainda maior.

"Somente os aposentados do **INSS** que voltaram ao trabalho estão analisando, em média, 30 mil pedidos por mês, 15% do total Sem eles [inclusive os militares], o resultado teria sido bem pior, porque perdemos mais de 7.000 servidores em 2019 que se aposentaram", disse à Folha.

Grande parte dos contratos vai até o fim de 2021 e pode ser prorrogada, uma decisão que agora caberá a Onyx. O ministro assumiu a nova pasta recentemente como resultado de uma pressão de partidos do centrão, que, em troca de apoio político ao governo, pediram mais cargos no governo.

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) concordou em retirar a Secretaria Especial de Trabalho e Previdência de Paulo Guedes (Economia) para

entregar a Onyx, que deixou a Secretária-geral do governo em um redesenho para acomodar o senador licenciado Ciro Nogueira (PP- PI) na Casa Civil.

Na época das contratações dos aposentados, a justificativa era que o maior custo com a força de trabalho seria compensado pela redução das correções monetárias geradas por uma menor fila do **INSS**.

Isso porque, com a demora da análise até a concessão do benefício, o solicitante recebe o valor corrigido pelo prazo adicional (da demora) integralmente no ato do depósito de sua primeira aposentadoria.

Outra explicação para a escolha de aposentados de outros órgãos e militares foi o custo. Segundo Rolim, para funcionários da ativa, os proventos seriam R\$ 5.000 se a contratação fosse direta pelo **INSS** ou R\$ 3.500 para terceirizados.

Hoje, 2.550 aposentados atuam no **INSS**. Os contratos são temporários. Em maio, o instituto precisou pedir mil servidores emprestados à Infraero para cobrir o vencimento de parte desses contratos.

Dentre os temporários, 450 são ex-servidores do órgão e trabalham na análise dos pedidos de benefícios. Recebem, em média, R\$ 4.500.

Outros 2.100 contratados são aposentados de outros órgãos (1.150) e militares (950) -37% do total. Esse grupo não analisa requerimentos e atende em plataformas online e nas agências, ou em outras atividades internas do órgão.

Os salários, porém, são diferentes. O primeiro grupo recebe uma média de R\$ 2.200 e os militares da reserva, R\$3.000.

Para evitar bonificações excessivas aos militares, o **INSS** só tem nos quadros até segundo sargento. Isso porque, pelas regras de aposentadoria dos militares, aprovada com a reforma da Previdência, caso voltem a trabalhar no governo devem receber dois terços da aposentadoria.

Por isso, patentes mais altas na hierarquia das Forças Armadas teriam de ser mais bem remuneradas caso

integrassem as frentes do **INSS**.

Bolsonaro conseguiu assim arregimentar apoio entre os militares de baixa patente. Para Rolim, o **INSS** se beneficiou.

A chegada de militares permitiu o deslocamento de mais de 1.800 servidores do **INSS** para a análise dos requerimentos em atraso. Antes, eles faziam atendimento ou outras atribuições internas.

Mesmo assim, ainda segundo Rolim, não foi possível zerar a fila porque, em boa parte, a pandemia impediu a realização de exames ou a verificações de documentos exigidos pelo **INSS**.

"Nossas agências estavam fechadas e nossos funcionários ainda não tinham se vacinado", disse. "Hoje essa situação está bem diferente. Cerca de 90% do quadro de peritos já está em atividade, além de 70% dos agentes sociais."

Segundo Rolim, no início da pandemia, dentre as 1.577 agências do **INSS** que realizam perícias e checagem de documentos, somente 420 estavam funcionando. "Já temos quase L300 em operação."

Em janeiro deste ano, quem entrou com pedido de pensão por morte de seu cônjuge, por exemplo, teve de esperar 108 dias. Em junho, esse prazo caiu para 67 dias. As aposentadorias por idade tiveram queda na espera de 134 para 76 dias, segundo Rolim.

Já nos requerimentos que exigem perícia, como o auxílio-doença, o prazo saltou de 26 para 63 dias. "Uma perícia que antes era feita em 15 dias, hoje leva 40 dias por causa da pandemia", disse.

Depois que o **INSS** solicita documentos adicionais, o segurado tem até 35 dias para apresentá-los sob pena do requerimento ser cancelado, reiniciando o processo.

"Na pandemia, decidimos não cancelar os pedidos se as exigências não tivessem sido cumpridas no prazo. Isso aumentou o volume de pedidos em atraso", afirmou Rolim.

Para agilizar o sistema, ele disse que está em curso um plano de digitalização de mais serviços do **INSS**, como entrega de documentos pelo aplicativo e, em alguns casos, até perícias. "Afila começou a cair em agosto. Com esses novos sistemas, vamos rapidamente resolveras pendências."

FALTOU BONIFICAÇÃO

Também atrapalhou os planos do **INSS** o vencimento

da MP (medida provisória) que previa sistema especial de bonificação para analistas da Previdência. Ele premiava quem fizesse hora extra e aumentasse a produtividade, além do adicional já previsto. Sem a MR o bônus só vale para quem analisa pedidos de aposentadoria com suspeitas de irregularidades ou fraudes

1,9

milhão

são os pedidos na fila do **INSS**, se consideradas pendências do solicitante

1,4

milhão

são referentes a processos aguardam posição do **INSS**

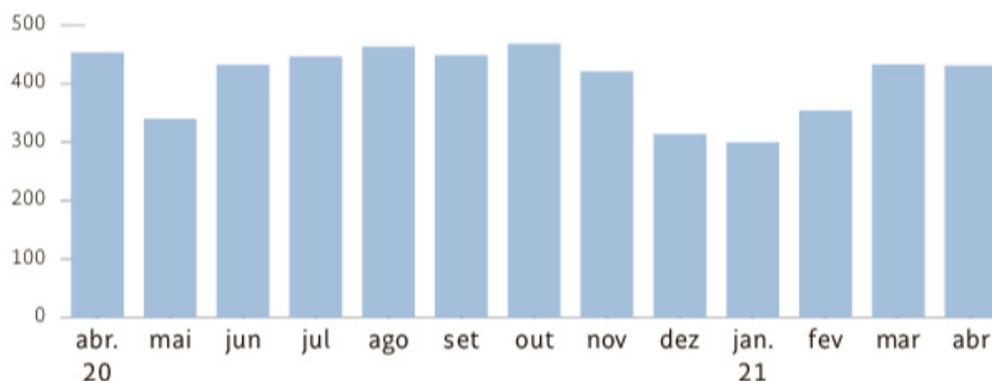
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/index.do?notop=1&ga=2.5431418.850783211.1628482916-429082973.1562671609>

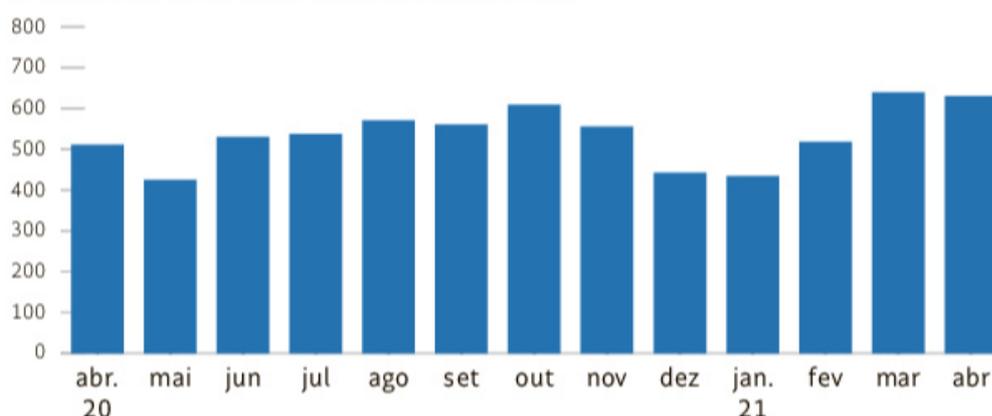
A fila não anda

Mesmo com militares da reserva, pedidos de aposentadoria do INSS seguem em atraso

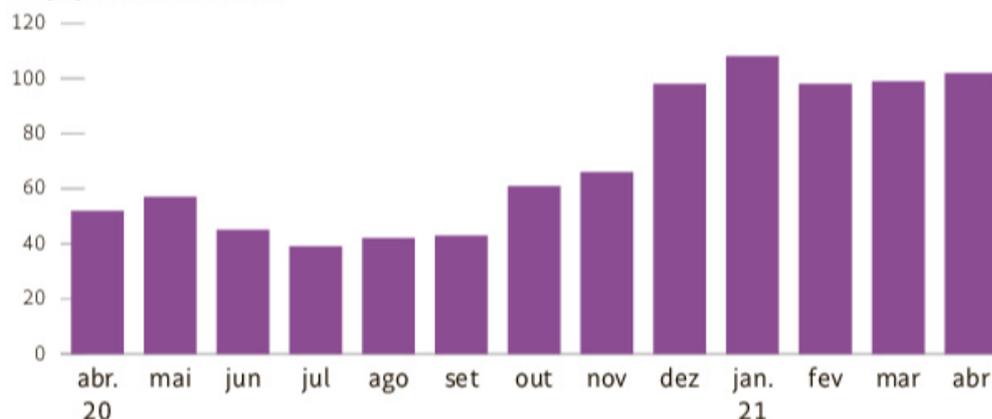
Benefícios concedidos, em milhares



Valor acumulado dos benefícios concedidos, em R\$ milhões



Tempo para análise, em dias



7.000

É o total de militares da reserva que o então secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, afirmou ser o limite de contratações temporárias para diminuir a fila de espera do INSS

857 mil

É o número de pedidos ao INSS sem análise do órgão há mais de 45 dias

Fonte: INSS

Queda da carga tributária - sonhar é diferente de poder (Artigo)

Maílson da Nóbrega e Fabio Klein

O ministro da Economia, Paulo Guedes, declarou o desejo de reduzir a carga tributária para 25% do produto interno bruto (**PIB**). Como lhe restam, em tese, 17 meses no cargo (ou 65 meses se o presidente Jair Bolsonaro for reeleito), a ideia é, no mínimo, ousada. Seria uma queda de oito pontos percentuais em relação à atual carga de **impostos**, de 33,1% do **PIB**, número próximo dos gastos totais anuais do **INSS**. Na realidade, reduzir a carga tributária é uma tarefa impossível no curto prazo e muito difícil no longo prazo.

Se viável, a meta constituiria enorme mudança para melhor, visto que somos um ponto fora da curva nesse campo, em comparação com outros países emergentes, conforme estudo recente da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A carga tributária média na América Latina e no Caribe em 2019 foi de 22,9% do **PIB**.

Os países mais relevantes da região arrecadam relativamente menos que o Brasil: Argentina, 28,6%; Uruguai, 29,0%; Chile, 20,7%; Colômbia, 19,7%; e México, 16,5%.

O aumento da carga brasileira, que era de 24% do **PIB** em 1987, decorreu essencialmente de reação aos efeitos da Constituição de 1988 e de crises que demandavam o reforço da situação fiscal. Os gastos federais mínimos com educação foram elevados de 13% para 18% dos **impostos**. Estados e municípios tiveram mantida a obrigação de gastar pelo menos 25% de seus **impostos**.

O maior impacto tributário da Carta Magna foi a elevação dos gastos previdenciários totais (**INSS** e setor público nas três esferas de governo), que passaram de 4% do **PIB** em 1987 para quase 14% do **PIB** em 2020. Boa parte disso decorreu da elevação do salário mínimo, que mais do que triplicou em termos reais nos governos Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva e Dilma Rousseff (aumento de 162%). Por último, as despesas de pessoal subiram muito com a instituição do regime jurídico único dos servidores - que agregou ao serviço público federal permanente cerca de 400 mil pessoas sem concurso -

e com aumentos salariais de governos do PT.

Do lado das receitas, a Constituição elevou substancialmente a transferência da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em favor de Estados e municípios, e para a formação de fundos regionais de desenvolvimento.

Além disso, 10% do IPI foi destinado a indenizar essas unidades federativas por supostas perdas com incentivos à exportação. No total, a União foi obrigada a transferir 47% do IR e 57% do IPI. Emendas constitucionais elevaram esse benefício para 49% e 59%, respectivamente.

Assim, para financiar os novos gastos criados pela Constituição era preciso arrecadar praticamente o dobro do Imposto de Renda e o triplo do IPI. A saída foi recorrer a incidências não suscetíveis de partilha.

Vem daí a criação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que pertence 100% à União. Nos momentos anteriores ao Plano Real, a necessidade de emprestar-lhe credibilidade fiscal justificou a criação, por quatro anos, do Imposto Provisório sobre Operações Financeiras (IPMF), o qual foi renovado como contribuição (CPMF). Depois, com o objetivo de reforçar a situação fiscal, surgiu a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

Esse processo resultou tanto em aumento da carga tributária como em rigidez de gastos sem paralelo no planeta.

Dados do governo federal mostram que os gastos obrigatórios consumiram, em média, 98% da receita corrente líquida entre 2017 e 2019. Isso porque mais de 90% dos gastos federais primários são de natureza obrigatória. Proporção semelhante pode ser observada na maioria dos Estados e municípios.

Se considerarmos os encargos financeiros da dívida pública, que também são mandatários, a arrecadação das três esferas de governo não é suficiente para atender ao pagamento das despesas totais.

Daí por que o setor público opera em constante déficit nominal (diferença entre receitas e despesas, incluindo

juros), em torno de uma média de 4,6% do **PIB** anual nos últimos 20 anos.

Essa situação disfuncional resultou em má alocação de recursos e em redução drástica dos investimentos públicos, o que reduziu fortemente a produtividade e, assim, o potencial de crescimento do **PIB**, do emprego e da renda. Em boa parte, vem daí a mediocridade do desempenho da economia brasileira nos últimos anos.

O País demanda reformas para diminuir a rigidez do gasto, melhorar a sua qualidade e promover ganhos de produtividade.

Mesmo que elas proporcionassem liberação de espaço no Orçamento, este deveria ser aproveitado para elevar os investimentos públicos não substituíveis pelo setor privado e em áreas cruciais para a inovação, como é o caso das de ciência e tecnologia.

Mesmo que viável - o que não é -, a queda da arrecadação deveria ser o último objetivo.

Na realidade, é possível que tenhamos de aumentá-la nos próximos anos, principalmente para reduzir a perigosa relação entre a dívida pública e o **PIB**. O ministro da Economia pode ter a fantasia de reduzir a carga tributária a 25% do **PIB**, mas sonhar não é poder.

Na realidade, é bem possível que tenhamos de aumentá-la nos próximos anos

SÓCIOS DA TENDÊNCIAS CONSULTORIA
INTEGRADA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Tribunal de Contas do Rio não sabe cuidar nem das próprias contas (Editorial)

O Rio de Janeiro vive duas realidades distintas. Numa, é um estado de pires na mão, que só não foi à bancarrota porque assinou com o governo federá, em 2017, o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) permitindo suspender o pagamento da dívida com a União. Na outra, é um estado perdulário, que ignora a crise agravada por uma pandemia devastadora e age como se houvesse dinheiro de sobra, comprometendo ainda mais as já combalidas finanças públicas.

Um exemplo da incoerência é a decisão do Tribunal de Contas do Estado (TCE) que garantiu a seus servidores a possibilidade de converter em dinheiro as licenças-prêmio não usufruídas. O mimo deverá custar aos cofres públicos mais de R\$ 73 milhões. Se a decisão não fosse tomada logo, a benesse poderia ser vetada pelas regras do novo RRF, que deverão incluir uma revisão do regime jurídico dos **servidores públicos**, com o fim das promoções e progressões por tempo de serviço, incorporações de gratificações e conversões de licenças e abonos em dinheiro.

Fiscal das contas do governo, o TCE já aprovava em junho um escandaloso acréscimo de R\$ 12 mil aos salários dos cinco conselheiros em atividade. Com isso, passaram a receber R\$ 47 mil. O melhor de tudo-para os privilegiados conselheiros, claro-é que o valor não está sujeito ao teto do funcionalismo, porque, segundo o tribunal, trata-se de uma indenização por exercício cumulativo de funções, sob o argumento de excesso de trabalho. A sobrecarga, note-se, vem desde 2017, quando os conselheiros tiveram de substituir os titulares, afastados sob acusação de desviar dinheiro de contratos públicos. Não há como o contribuinte fluminense pagar a conta dos descaminhos do tribunal.

Outro exemplo de ostentação em meio à crise veio do governo do estado, que agora terá um jatinho executivo, como mostrou reportagem do RJ2.0 Palácio Guanabara se apressou em dizer que o Cessna Citation, apreendido pela Justiça do Paraná, não foi comprado, mas cedido. Como se isso não implicasse gastos com pessoal para operá-lo, mantê-lo e com lugar para guardá-lo. O estado alega que a aeronave servirá para apoiar a segurança pública, atuar em situações de calamidade, transportar doentes e profissionais de saúde durante a pandemia e fazer transporte de órgãos para transplante. Tudo isso sempre foi feito sem necessidade de avião. É evidente

que a nova aeronave gerará despesas nada desprezíveis.

A cada dia fica mais difícil o Estado do Rio de Janeiro convencer que está disposto a apertar o cinto para receber os benefícios do novo acordo fiscal. Não foi por outra razão que o primeiro, assinado em 2017, naufragou. O Rio se beneficiou da suspensão do pagamento da dívida, mas não cumpriu as contrapartidas. Agora, terá de fazer um duro ajuste fiscal - e a Alerj, que acabou de inaugurar uma sede nababesca, deveria saber disso. As decisões tomadas pelo estado vão na contramão da situação calamitosa de suas finanças. Ou o governo se empenha pelas medidas de austeridade, ou acabará perdendo mais uma chance de equilibrar as contas. Poderá ser a última

Site:

<https://i.prcdn.co/img?file=e610202108090000000001001&page=2&scale=185&ticket=AFE9WE4fz77pv7WUcvhdguU%3D>

Desigualdade exige novo paradigma político



A desigualdade é tema incontornável da agenda pública brasileira hoje, aponta o relatório Democracia Inacabada: um retrato das desigualdades brasileiras, da Oxfam Brasil. Segundo o estudo, o Brasil precisa adotar um novo paradigma de políticas públicas, com foco em grupos mais vulneráveis, para que a retomada social e da atividade seja mais justa. Para isso, entretanto, será necessário enfrentar, de maneira incisiva, também as desigualdades de representação política, com o objetivo de reequilibrar a distribuição de poder político e tornar o ambiente de tomada de decisões mais equitativo.

"O Brasil é hoje um país majoritariamente negro e feminino, governado por homens brancos. Estamos evidenciando, com este relatório, os elementos que impossibilitam uma resposta adequada da política nacional aos desafios que temos: crise econômica, pandemia de covid-19, vulnerabilidade de milhões de negros, mulheres, indígenas e pessoas LGBTQI+", comenta Helio Santos, presidente do Conselho da Oxfam Brasil.

"A desigualdade política tem impacto na desigualdade econômica, que se acentua à medida em que as elites decisórias seguem não refletindo as demandas da diversidade de seus representados", reforça o relatório. "Neste contexto, a elite política atribui a responsabilidade pelos déficits fiscais aos gastos sociais direcionados principalmente aos grupos mais vulnerabilizados, estratégia que exige essa elite do necessário debate sobre o fortalecimento da capacidade do Estado em implementar políticas capazes de reduzir a desigualdade, como é o caso de uma **reforma tributária** justa e progressiva", complementa o relatório Democracia Inacabada.

Ao analisar a história nacional, o estudo identifica uma relação entre democracia e redução de desigualdades. "As restrições à participação popular que marcam regimes de caráter autoritário tendem a favorecer a

adoção de políticas que ampliam as desigualdades, ao fomentar o desequilíbrio político entre os mais vulneráveis e os grupos sociais privilegiados. A concentração do poder nas mãos da elite política e econômica cria condições para uma captura do Estado em benefício dos interesses daqueles que compõem esse grupo", informa o relatório.

Esse fenômeno será mais intenso quanto mais limitada for a participação popular no processo decisório, de acordo com o estudo da Oxfam Brasil. E a participação social se dá por diversas formas. Uma delas é por meio do voto. Nesse particular, detalha o documento, o Brasil é frequentemente mencionado como exemplo negativo de presença de mulheres no Parlamento.

No cenário internacional, o Brasil ocupava a 133ª posição no ranking anual de mulheres nos parlamentos nacionais (da Inter-Parliamentary Union - IPU), entre 192 países monitorados em 2019. "Vale destacar que, no Brasil, as cotas reservam candidaturas, não cadeiras legislativas. Ou seja, a lei estabelece que os partidos devam lançar o mínimo de 30% de candidaturas de mulheres, porém não há controle sobre a meta geral da política afirmativa, isto é, do número de cadeiras ocupadas por mulheres", alerta a Oxfam Brasil.

Para ampliar a participação popular nos processos decisórios políticos, foram criados diversos conselhos, comissões, conferências e orçamentos participativos. Em 2018, havia no Brasil 40 deles - 75% dos quais criados a partir da Constituição de 1988. Em abril de 2019, o governo federal publicou um decreto (9759/19) extinguindo "arbitrariamente ou restringindo a existência de colegiados participativos". Isso afetou justamente os que tratavam de temas como drogas, trabalho decente, pessoas com deficiência, Previdência, política indigenista, segurança pública, direitos dos idosos, população LGBTQI+ e segurança alimentar.

Na análise da Oxfam Brasil, atualmente, "todos esses avanços estão em risco e já apresentam retrocessos em relação ao combate às desigualdades, a fome e a pobreza. No final de 2020, o Brasil tinha 116,8 milhões de pessoas em condição de insegurança alimentar, o equivalente a 55% da população do país, com 19,1 milhões em situação de fome (9% da população brasileira), o pior número desde 2004. Com a pandemia, quase 8 milhões de postos de trabalho desapareceram, fazendo com que, de forma inédita,

menos da metade das pessoas em idade para trabalhar esteja empregada.

Sub-representação é histórica

Historicamente, mulheres, a população negra e os povos indígenas sempre estiveram à margem do sistema político brasileiro. A sub-representação desses estratos sociais nos espaços políticos institucionais influencia diretamente (e negativamente) na aprovação e adoção de políticas públicas que os beneficiaria. O relatório Democracia Inacabada, da Oxfam Brasil, defende uma agenda de trabalho de seis pontos que reforme e aprofunde a democracia brasileira. Em síntese, o documento propõe a democratização dos partidos políticos, a abertura de espaços para mais mulheres e pessoas negras, programas de treinamento de jovens lideranças e a equidade no financiamento de campanhas.

O novo relatório da Oxfam Brasil é dividido em quatro partes: Democracia e Desigualdades, em que se discute o papel da democracia no combate às desigualdades; Democracia e Participação, com foco na participação social na história nacional; Democracia e Representação, que aponta a importância da representação adequada de maiorias demográficas; e Propostas para Melhorar a Democracia Brasileira, a fim de construir um país mais justo e menos desigual.

"É importante aprimorarmos e aprofundarmos nossa democracia para que ela funcione para todas e todos, e não apenas para um pequeno grupo de pessoas, que se beneficia dela desde que a República brasileira se formou", afirma Katia Maia, diretora executiva da Oxfam Brasil. "Sabemos que a adoção de políticas públicas sociais inclusivas é o meio mais eficaz de combater as desigualdades", acrescenta a especialista. "Entretanto, entendemos como fundamental para a democracia brasileira que essas políticas públicas sejam discutidas e aprovadas nas instâncias legislativas de direito, em um ambiente com uma participação mais equitativa de pessoas negras, mulheres, indígenas e representantes LGBTQI+ nos espaços decisórios e de poder", encerra Katia Maia. (VB)

Pré-campanha de Bolsonaro à reeleição já custa R\$ 67 bi



Fábio Pupo Brasília

Medidas sinalizadas para impulsionar a popularidade do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) já demandam R\$ 67 bilhões dos cofres públicos em 2022. O impacto fiscal deve ser ainda maior nos anos seguintes.

O presidente mobiliza ministros a aumentar gastos no ano em que tentará a reeleição ao Palácio do Planalto. Somam-se ao movimento também pressões do Congresso por mais recursos públicos.

A escalada pressiona o time do ministro Paulo Guedes (Economia) contra as regras fiscais e leva interlocutores a constatarem que o Orçamento para 2022 é o mais desafiador dos últimos dez anos.

Estão na conta itens como isenção para o diesel ano que vem (R\$ 26 bilhões, segundo Bolsonaro), expansão no Bolsa Família (de ao menos R\$ -25 bilhões, segundo Guedes), **reforma tributária** (que subtrai R\$ 7,7 bilhões de estados e municípios) e aumento para servidores (que a equipe econômica tenta limitar a R\$ 5 bilhões).

Acomodar todos os números nas contas de 2022 é uma tarefa que tem gerado incertezas entre os analistas, assim como percepção de risco sobre o cumprimento de regras fiscais.

Pessoas próximas ao ministro já admitem que se preocupar neste momento "faz sentido". Os receios se acentuaram nos últimos dias.

Após o governo começar a discutir a proposta de

parcelar os precatórios -dividas de sentenças judiciais contra a União-, driblando o teto ao jogar a despesa de 2022 para anos seguintes e já provocando questionamentos de especialistas, aliados do governo no Congresso foram além.

Começaram a debater não só o parcelamento dos precatórios, mas também a retirada dessas obrigações do teto de gastos, para dar espaço a outras despesas. O teto limita o aumento das despesas à **inflação** do ano anterior.

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), afirmou em entrevista ao jornal Valor Econômico que R\$ 19 bilhões poderão ser liberados com a iniciativa.

Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos, disse considerar exaustiva a necessidade de sucessivos alertas a clientes sobre esses movimentos. "Todo tipo de contorno ao teto, ainda mais nesse momento, é um retrocesso no arcabouço fiscal brasileiro, que gerou tantos benefícios em passado recente", afirmou.

"A dicotomia entre determinadas alíneas do Orçamento e os precatórios é inexistente, trata-se apenas de uma estratégia populista para melhorar a aceitação dessa proposta que não tem o menor cabimento econômico."

A percepção de risco do mercado é alimentada pela aceleração das promessas de Bolsonaro sem a devida explicação de como as medidas atenderão as regras, em um ambiente institucional já tumultuado pelo próprio presidente - que fala até em não cumprir a Constituição-, e também pela ausência de um discurso público e firme da equipe econômica para acalmar as preocupações sobre a política fiscal

Guedes tem dado sinalizações no sentido contrário. Recentemente, defendeu "arriscar" uma perda anual permanente de R\$ 30 bilhões da arrecadação dos cofres públicos no projeto de Imposto de Renda.

O texto passou por sucessivas transformações em busca de apoio para ser aprovado ainda neste ano e dar respaldo jurídico à turbinada do Bolsa Família e acabou sendo chamado por Marcos Cintra, ex-secretário da Receita de Guedes, de "confuso,

burocrático, inconsistente e inoportuno".

O ministro ainda reembalou a ideia, criticada pelo mercado em 2021, de alterar regras de pagamentos de precatórios e abrir espaço no teto para outras despesas, reavivando discussões sobre calote e pedala.

Caio Megale, economista-chefe da XR alertou que as eleições demandam cautela ao serem observadas melhoras recentes em indicadores como a arrecadação e a dívida pública.

"Discussões sobre o aumento dos gastos para o ano eleitoral, especialmente se isso incluir mudanças ao atual quadro fiscal, podem erodir rapidamente esses ganhos de curto prazo", afirmou em relatório.

Enquanto a equipe econômica reafirma que todas as despesas recorrentes ficarão sob o teto, as dúvidas continuam e a conta cresce.

Na quarta-feira (4), após meses de trabalho da equipe econômica para elevar o valor médio do Bolsa Família de R\$ 190 para algo próximo de R\$300, Bolsonaro defendeu publicamente que o ideal é o programa pagar R\$ 400, em média.

Presidente e aliados continuam pressionando por mais, ignorando que o valor de R\$ 300 caberia no teto já ocupando praticamente todo seu espaço de R\$ 30 bilhões em 2022.

Na sexta-feira (6), Bolsonaro também disse que planeja desonerar o óleo diesel em 2022.

"Gostaria de zerar o imposto federal do diesel a partir do ano que vem. Vou me empenhar sobre isso. Não posso garantir, não é uma promessa, é um estudo", disse a apoiadores na frente do Palácio da Alvorada.

De olho no apoio dos caminhoneiros, Bolsonaro já lançou repetidas iniciativas para diminuir o preço dos combustíveis e, em janeiro, havia falado que a desoneração do diesel custaria R\$ 26 bilhões em 2022.

Há pouco mais de uma semana, Bolsonaro ainda sinalizou a criação de um vale- gás e apontou o dedo para a Petrobras, dizendo que ela tem R\$ 3 bilhões disponíveis para isso.

As ações da estatal caíram na Bolsa no dia útil seguinte, mesmo após a empresa explicar que os valores mencionados seriam uma parte dos dividendos a serem pagos à União -que, por sua vez, poderia asar os recursos para essas medidas.

Nesse caso, Bolsonaro tenta endereçar outro problema para sua popularidade -o preço do gás. O valor médio do botijão atingiu o maior patamar neste ano desde que a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) começou a compilar os dados, em 2004, o que tem multiplicado relatos de famílias cozinhando a lenha.

Diante da maior percepção de risco, Guedes ressaltou nos últimos dias a interlocutores que não dá respaldo à flexibilização do teto. Segundo ele, todas as despesas regulares de 2022 serão abrigadas sob o teto. Isso inclui a expansão do Bolsa Família e um eventual reajuste para o funcionalismo.

Para cumprir as normas, o Ministério da Economia tenta limitar as despesas, incluindo barrar um grande aumento para servidores no próximo ano.

A pasta planeja conter a expansão da folha de pagamento a R\$ s bilhões ou até menos. Esse número é defendido como "mais razoável" do que os R\$ 15 bilhões ventilados, correspondentes a 5% de reajuste, embora nada esteja decidido.

Também deve ser motivo de problema para as contas as chamadas emendas de relator, que destinam valores extras a medidas de interesse de deputados -em geral, da base aliada do governo. Castaram R\$20 bilhões em 2020, o que levou a uma disputa de números com o Executivo. Ainda não se sabe o tamanho da conta em 2022.

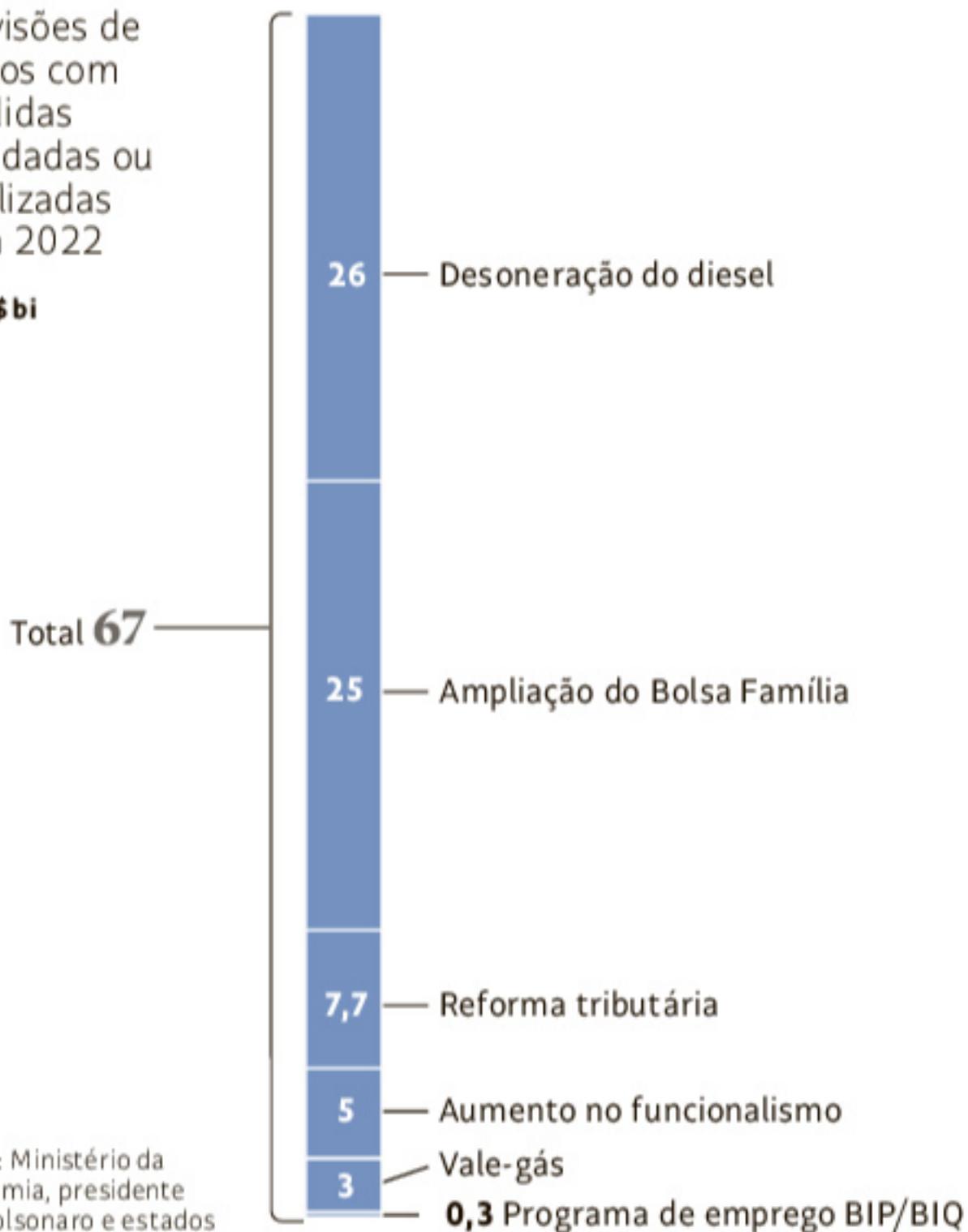
Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/index.do?notop=1&_ga=2.5431418.850783211.1628482916-429082973.1562671609

A fatura das bondades de Bolsonaro

Previsões de gastos com medidas estudadas ou sinalizadas para 2022

Em R\$ bi



Fonte: Ministério da Economia, presidente Jair Bolsonaro e estados

As vitórias de Lira, apesar de seu time - WAGNER PARENTE

Em alguns aspectos, o desempenho do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), pode ser comparado ao de um medalhista olímpico. A performance do presidente Lira não foi abalada pelas duas semanas de recesso legislativo e já trouxe resultados importantes em apenas três dias de trabalho após o retorno.

Avançar em tão pouco tempo em pautas como a privatização dos Correios e a reforma do Imposto de Renda e taxaço de dividendos é feito equivalente ao de um atleta de alto rendimento. Alguns oponentes desconfiam de que esse desempenho está sendo insuflado por um tipo de doping.

Doping no esporte corresponde ao uso de recursos proibidos para melhorar o rendimento do atleta. No caso de Lira, o controle de parte relevante do orçamento público - aproximadamente R\$11 bilhões a título de emendas do relator - que o presidente da Câmara pode distribuir livremente entre aliados lhe conferiria uma vantagem relevante para pautar e aprovar matérias.

Esse suposto doping teria ajudado Lira a aprovar em tempo recorde o projeto de lei que abre espaço para a privatização dos Correios na semana passada. É bem verdade que nos últimos anos as privatizações deixaram de ser tão malvistas pela população, mas continuam sendo matérias complexas e que normalmente demandam um extenso período de negociações.

Algo parecido ocorreu com a mudança no Imposto de Renda (IR) e taxaço de dividendos. Ainda que não seja uma **reforma tributária**, como o governo Bolsonaro alardeia, trata-se de matéria intrincada e que impactará a vida de todas as empresas e cidadãos no Brasil. Lira conseguiu aprovar a possibilidade de tramitação muito mais celeremente (o tal regime de urgência). Pouca gente em Brasília vinha acreditando no avanço da reforma do IR antes do recesso. Bastou uma semana para Lira mudar completamente o jogo. Existe chance real de mais uma vitória de Lira e para a equipe que defende: o governo atual.

A equipe Bolsonaro acaba impondo a Lira entrar em disputas nas quais dificilmente toparia por sua conta. O voto impresso é isso: o presidente da Câmara vai ter que jogar pelo time ao colocar o assunto em votação

no plenário, mesmo tendo sido derrotado na comissão especial. Hoje, mesmo com todo doping, não parece haver condições de aprovar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do voto impresso. Essa derrota, se vier, será mais do time Bolsonaro do que de Lira, situação bem diferente da mudança nas regras eleitorais, que o presidente da Câmara tentou emplacar semana passada.

O próprio Lira é o principal entusiasta de mudar drasticamente a forma como se disputa cargos eletivos no Brasil. Criar o distritão e acabar com o segundo turno são apenas duas de diversas mudanças que tendem a favorecer quem já tem mandato. Por pouco, essas e outras mudanças não foram discutidas e votadas no fuso das competições de Tóquio. A deputada Tabata Amaral (sem partido -SP) protestou em suas redes sociais: "Marcaram para as 22h30, na calada da noite, a votação daquela que pode ser a maior (e também a pior) **reforma política** no país desde a Constituinte(...)". Não deu na semana passada, mas Lira não desistiu. Esse assunto voltará tão logo ele entenda que conseguiu o mínimo de convergência de seus pares para a votação.

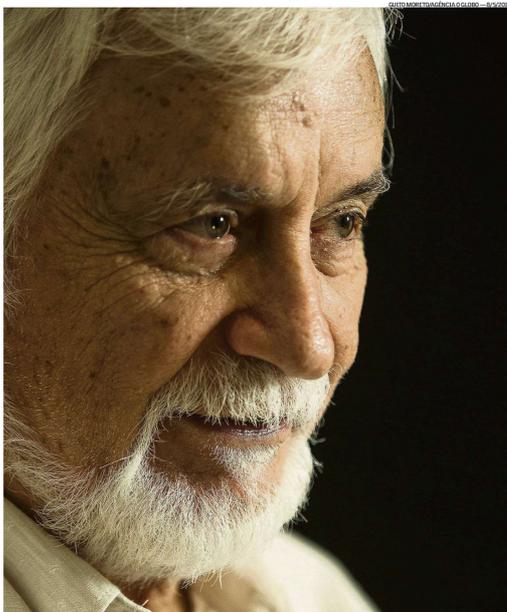
Vale considerar que o desempenho de Lira pode não ser suficiente para aprovação das pautas aqui mencionadas. Será necessário também que o Senado Federal as aprecie e as aprove. Lá, o presidente Rodrigo Pacheco (DEM-MG) não demonstra o mesmo apreço pela bandeira bolsonarista, nem o mesmo poder de influência que Lira tem sobre seus colegas parlamentares.

Lira já mostrou ser um ótimo jogador, turbinado por uma montanha de dinheiro. O governo Bolsonaro, por enquanto, vem se beneficiando com essas circunstâncias, mas o presidente da Câmara também é conhecido pela facilidade com que muda de bandeira.

As Olimpíadas de Tóquio acabaram, mas as emoções no Congresso Nacional e na corrida eleitoral de 2022 estão só no início. Que comecem os jogos.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

"Sociedade não aceita uma nova aventura ditatorial"



Bacha: mercados caíram com a crise institucional porque a estabilidade é a questão número um para os investidores

Alex Ribeiro

Um dos pais do Plano Real, o economista Edmar Bacha assina um manifesto organizado por banqueiros, empresários e intelectuais na defesa do processo eleitoral, divulgado na semana passada em resposta aos ataques do presidente Jair Bolsonaro. "A sociedade civil não está disposta a uma nova aventura ditatorial", afirma, em entrevista ao Valor.

Para ele, "a questão número um para os investimentos é a estabilidade", por isso os mercados reagiram com a forte queda à crise institucional em Brasília. "Em 1963, o país estava numa situação talvez mais trágica do que essa. A economia desabou e a **inflação** se acelerou. É para evitar entrarmos nesse clima que é preciso fazer com que o presidente Bolsonaro respeite as regras."

Bacha diz que a Faria Lima se arrependeu de ter apoiado Bolsonaro nas eleições de 2018. "Acho que ninguém que votou no Bolsonaro, que não foi meu caso, esperava que levasse o governo a esse ponto, de ameaça às instituições democráticas."

Também há uma decepção, sustenta, com o andamento da agenda de reformas liberais liderada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. "O ritmo de entrega está precário e parece que os problemas estão se agravando. Veja o custo para privatizar a

Eletrobras, com todas as concessões que o Centrão exigiu."

Bacha critica Guedes por condicionar a abertura externa da economia brasileira à superação do custo Brasil. "É um equívoco conceitual", diz. "Esses custos são compensados por uma taxa de câmbio mais desvalorizada." Ex-presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) [1985-1986, governo Sarney], ele rebate as críticas de Guedes ao órgão. "Nada justificaria essa atitude estouvada do ministro."

O economista, que dirige o "think tank" Casa das Garças e presidiu o BNDES [1995, governo Fernando Henrique], diz que é cedo para discutir a escolha entre Lula e Bolsonaro se a eleição de 2022 se afunilar entre os dois polos. "Temos que cruzar esse rubicão quando chegarmos a ele. Enquanto isso, o que temos que fazer é trabalhar para a construção de uma alternativa melhor."

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: Por que o senhor assinou o manifesto pelo respeito às eleições?

Bacha: Como os demais signatários, estou levando a sério as ameaças que o presidente tem feito em relação à não realização das eleições de 2022, se não for nos termos em que ele especifica. Termos esses que não cabem a ele decidir, mas sim ao Congresso.

Valor: Há uma ameaça real ao processo eleitoral ou só bravatas?

Bacha: Já vimos a que ponto isso pode ser levado nos Estados Unidos, que é uma democracia muito mais madura do que a nossa, com a tentativa de subversão armada pelo ex-presidente [Donald] Trump dos resultados legítimos eleitorais. Como vemos muita semelhança na atuação do Bolsonaro, temos que levar a sério. Nos Estados Unidos, aparentemente, os militares estavam preparados para enfrentar o Trump se ele tivesse êxito naquela invasão do Capitólio. Aqui, não sabemos. Infelizmente, os militares têm se comportado de uma maneira relativamente dúbia. É preciso deixar bastante claro que a sociedade civil não está disposta a uma nova aventura ditatorial.

Valor: Como o senhor avalia o papel do Judiciário e

Legislativo na crise?

Bacha: O Judiciário está atuando perfeitamente bem, tanto o Supremo Tribunal Federal (STF) quanto o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Estão no papel deles, em defesa das instituições, da legalidade, do processo eleitoral legítimo. O Congresso até agora não se manifestou. É a ele que cabe fazer a votação sobre a maneira que as eleições vão se dar. Se vamos realmente ter o voto impresso, como o presidente está sugerindo, o que seria um retrocesso. Já vimos, no tempo do voto impresso, quantas fraudes houve, em comparação com nenhuma reclamação com as máquinas. Acho que seria urgente o Congresso apressar essa votação. Finalizar essa questão para que o presidente não tenha, dado o caráter golpista de sua atitude, como apelar para algum grau de possível legalidade.

Valor: Por que o mercado reagiu de forma tão negativa à crise institucional na semana passada, com alta do dólar e dos juros?

Bacha: Foi a primeira vez que Bolsonaro falou que, se a Constituição não for do lado dele, irá contra a Constituição. Ele anunciou que está disposto a tentar dar o golpe. É o presidente da República falando. Isso é de uma gravidade extraordinária. Inclusive acho que é um crime de responsabilidade pelo qual deveria sofrer impeachment.

Valor: Essa crise institucional pesa para quem decide fazer investimentos no Brasil? Tivemos uma ditadura, mas naquela época a economia seguiu. Algo mudou?

Bacha: A questão número um para os investimentos é a estabilidade. Você pode dizer que, no período ditatorial, tinha uma estabilidade. Era uma estabilidade imposta, mas não era contestada. Então, desde que a política econômica favorecesse os investidores, os investidores estavam preocupados fundamentalmente em ganhar dinheiro. Dito isso, existe uma grande mudança de atitude do conjunto dos investidores, não de cada investidor tomado individualmente. Como coletividade, há uma preocupação com as questões da equidade, da democracia e sustentabilidade, que são fatores novos que entram no conjunto do processo decisório de investimento.

Valor: O presidente Bolsonaro foi eleito com apoio da Faria Lima. Houve um arrependimento?

Bacha: Com certeza. Acho que ninguém que votou no Bolsonaro, o que não foi o meu caso, esperava que ele levasse o governo a esse ponto, de ameaça às instituições democráticas. Aqui estamos falando de valores mais fundamentais que se colocaram em jogo, que, do ponto de vista das eleições de 2018, não

pareciam estar em causa.

Valor: A aposta da Faria Lima foi de que Bolsonaro e Guedes pudessem avançar uma agenda reformista liberal. Houve progressos?

Bacha: É uma questão complicada, porque teve uma intervenção externa, que ninguém contava, que é a pandemia. Tudo pode ser jogado na conta da pandemia, dizer que a pandemia impediu que o projeto se realizasse. Creio que, com pandemia ou não, há uma certa decepção também com o andamento da agenda liberal.

Valor: Em que aspectos?

Bacha: O problema da economia brasileira são dois: o setor público inchado, incapaz de entregar serviços públicos e de investir em infraestrutura econômica e social, por causa dessa pressão de gastos correntes. E com um esquema de arrecadação que é também altamente desvirtuador da atividade econômica. Esse é um problema. Temos também um setor privado que é altamente improdutivo, e a razão fundamental é o fechamento da economia. Todos os países que romperam com a armadilha da renda média e conseguiram se tornar ricos depois da Segunda Guerra, todos eles sem exceção, fizeram com abertura ao comércio exterior. O Brasil se mantém fundamentalmente fechado. E nesse ponto o ministro Paulo Guedes tem uma atitude muito decepcionante.

Valor: Por quê?

Bacha: Na medida em que ele condiciona a abertura da economia à superação do custo Brasil. É um equívoco conceitual fundamental, porque não é pelo fato de termos custos mais elevados que vai impedir que participemos no comércio. Esses custos são compensados por uma taxa de câmbio mais desvalorizada. O que ocorre com o custo Brasil é que, para concorrermos no exterior, a taxa de câmbio tem que ser desvalorizada, o que é ruim. Melhor que não tivéssemos esse custo para termos um real mais forte, o que implicaria um nível de bem estar maior para a população. Enquanto esses custos existirem, não tem jeito. A única maneira de equilibrar as nossas contas é tendo uma taxa de câmbio desvalorizada. Mas já estamos com uma taxa de câmbio muito desvalorizada, então esse custo está sendo compensado. Isso não é uma justificativa para não abrir a economia. Inclusive a abertura da economia seria um indutor de outras reformas. Você aliaría o setor privado de uma maneira muito mais forte aos esforços reformistas do governo. Tudo o que dá certo no Brasil é porque estamos competindo internacionalmente. Veja agora na Olimpíada. Por que nossos skatistas, remadores, surfistas fazem tanto

sucesso? Todos eles estão participando da atividade internacional, competindo internacionalmente. É isso que os faz tão bons, usando os recursos que o Brasil tem para oferecer.

Valor: Mas não tivemos avanços, como no caso da reforma da Previdência e das privatizações da Eletrobras e dos Correios?

Bacha: O ritmo de entrega está precário e, além disso, na margem, parece que os problemas estão se agravando. Veja o custo que teve para privatizar a Eletrobras. Quase que a gente teve que pagar para privatizar, com todas as concessões que o Centrão exigiu extrair para poder concordar com a capitalização da empresa. E a questão da concorrência? Não se resolveu. O problema não se resolve só com a capitalização da Eletrobras. Temos que pensar nas condições de concorrência futura. Ela vai ser dominante do mercado, vai ter um monopólio privado? Isso não queremos, também. Precisamos ter um sistema de regulação que garanta concorrência. Isso também não ocorreu. Agora, pega toda essa confusão com a **reforma tributária**. Essa fixação do Guedes com a CPMF. Não deixa a agenda tributária avançar. Não conseguiu fazer avançar a reforma da tributação indireta e, de repente, manda um projeto de reforma do imposto de renda que todos os analistas responsáveis dizem que, se for isso, melhor não fazer.

Valor: O ministro Guedes tem afirmado que os próprios brasileiros difamam o Brasil no exterior, em temas como meio ambiente e valores democráticos, e isso atrapalha na atração dos investimentos e nos acordos internacionais.

Bacha: Acho que ele está totalmente equivocado, porque a evidência é clara de que o presidente não está comprometido nem com a agenda democrática nem com agenda liberal. Ele é um corporativista. Sempre foi. Apoiou o Guedes não por convicção, mas porque isso pareceu conveniente para ele do ponto de vista de obter apoio da elite empresarial.

Valor: A associação do presidente Bolsonaro com o Centrão garante base política para avançar a agenda de reformas?

Bacha: À frente desse processo, fundamentalmente tivemos dois partidos, o PSDB e o DEM. Foram esses agentes que foram indutores do processo de reformas, junto com o PMDB [hoje MDB], O Centrão sempre foi uma linha auxiliar, Maria vai com as outras. Não existe no Centrão uma agenda, digamos assim, reformista. O propósito do Centrão é basicamente fisiológico. Então é duvidoso que, com o Centrão assumindo esse papel de suposto coordenador, vamos conseguir fazer a agenda de reformas sem as distorções e custos que

estamos vendo acontecer no caso da **reforma tributária**, por exemplo.

Valor: O senhor vê alguma alternativa ao cenário de eleições polarizadas no ano que vem?

Bacha: Quem está preocupado com o avanço do país deve estar, como eu, envolvido na busca de uma melhor via do que essa que nos oferece Bolsonaro de um lado e Lula de outro. Esses filmes já vimos, e são ruins.

Valor: Mas quem apoiar numa situação entre Bolsonaro e Lula?

Bacha: Temos que cruzar esse rubicão quando chegarmos a ele. Enquanto isso, o que temos que fazer é trabalhar para a construção de uma alternativa melhor.

Valor: O senhor esteve envolvido na construção a candidatura do Luciano Huck, que não foi adiante. Qual é a alternativa?

Bacha: Na verdade, eu não estive envolvido diretamente com o Luciano Huck. Eu ainda continuo sendo membro do PSDB. Portanto, estou acompanhando com muito interesse as primárias. Estou achando muito importante essas primárias porque, se vamos encontrar um Biden, há que ter primárias para poder chegar a um candidato unificado. Vamos ver quem ganha e depois vamos tratar de unificar esforços com os demais partidos.

Valor: O sr. apoia alguém ?

Bacha Os quatro candidatos são excelentes, qualquer um que ganhar terá meu apoio.

Valor: Muitos acreditam que o ex-presidente Lula deverá moderar o discurso econômico.

Bacha: Até agora, por todas as declarações que ele tem dado, não. Inclusive é contra a abertura da economia, contra o teto de gastos, todas as declarações recentes são retrógradas. Toda a assessoria da qual ele se cerca é retrógrada, antirreformista, uma assessoria do atraso. Parece que eles não aprenderam nada.

Valor: Como o senhor vê as críticas do ministro Guedes sobre as estatísticas do desemprego do IBGE?

Bacha: É mais um dos absurdos desse ministro boquirroto, que está irritado com a questão que tem que enfrentar por fruto da pandemia. Ele fica querendo escolher os números que são melhores para ele.

Sabemos que tem uma dúvida muito grande com essa mudança do Caged, que são os números que ele tem citado. O Caged sofreu uma modificação muito fundamental na metodologia, ninguém entende direito o que está medindo. Não tem nenhuma depuração estatística. Ao contrário, nos números do IBGE sabemos exatamente qual é metodologia, que é aplicada ao longo do tempo. Tem um problema conjuntural, que é a necessidade de fazer a apuração não presencial, mas por via de telefone. O IBGE teve essa dificuldade porque o STF, nesse caso, validou uma regra que eu acho totalmente absurda de não permitir ao IBGE o acesso as listas telefônicas. O IBGE está com dificuldades conjunturais para fazer uma medição mais precisa. Mas sabemos, no caso do IBGE, que é possível recalculer os dados de uma maneira científica. A equipe de economia do Itaú fez isso e encontrou uma margem de erro mínima. Nada justificaria essa atitude estouvada do ministro de ir contra uma das instituições mais prezadas do nosso governo.

Valor: Com a vacinação, os analistas reviram projeções de crescimento para mais de 5% neste ano. Essa retomada vai se sustentar?

Bacha: Sustentada, ninguém pode garantir. Estamos fazendo uma recuperação do que foi perdido. Se vamos, daqui para frente, ter uma taxa de crescimento mais elevada, depois que atingirmos os limites da economia, isso não está nada claro. O Brasil está sendo ajudado por uma onda econômica internacional muito favorável, com os Estados Unidos e a China se recuperando muito fortemente. Sabemos que as restrições que existem, no momento, são de oferta. Em parte por causa da não vacinação e em parte porque houve uma interrupção de suprimentos, as cadeias internacionais não estão conseguindo retomar na velocidade em que a demanda aumenta. Tanto que o problema hoje não é de falta de demanda. O problema hoje é de dificuldade de oferta, como nós vemos, por exemplo, no caso dos automóveis no Brasil e no mundo todo, com a falta de componentes. Na medida em que você vai resolvendo esses problemas com a vacinação e com a recomposição da oferta, a economia deve realmente ter uma retomada mais forte do que o mercado estava esperando anteriormente. Agora, se daqui para frente vamos ter crescimento acelerado, isso vai depender de duas coisas: investimento e tecnologia. Para essa duas coisas, temos que estar preparados em termos, primeiro, de estabilidade fiscal e, segundo, de abertura da economia. E nada disso está garantido para o futuro.

Valor: Tivemos um avanço da inflação, isso preocupa?

Bacha: A questão fundamental da inflação é termos uma perspectiva fiscal de longo prazo que garanta uma estabilidade do crescimento da dívida. Tendo isso, o trabalho do Banco Central fica facilitado, é uma questão mais de manejo conjuntural. Teve esses problemas de oferta inesperados na dimensão que estão acontecendo e teve uma recuperação da demanda mais forte também do que a gente estava antecipando, inclusive por causa da economia internacional mais pujante. Então, tem um desequilíbrio temporário entre a oferta e a procura que o BC tem que resolver no curto prazo.

Valor: O teto de gastos não garante a estabilização e queda da dívida no médio e longo prazos?

Bacha: A questão que precisamos avaliar é se essas regras vão se manter. A pressão é enorme. Não há nada assegurado. Ainda mais com essa dificuldade institucional, que cria um conflito terrível. Em 1963, o país estava numa situação talvez mais trágica do que essa. Também tinha um presidente que estava planejando um estado de sítio, o João Goulart, e os militares do outro lado também planejando o golpe. Tínhamos uma situação em que, nesse clima de instabilidade, a economia desabou e a inflação se acelerou. Acho que é para evitar entrarmos nesse clima que é preciso fazer com que o presidente Bolsonaro respeite as regras institucionais para não termos uma repetição daquela situação desastrosa.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186974?page=1§ion=1

Fórmula Bozo : golpismo, calote de dívida, diesel e Bolsa Família roubado

Reinaldo Azevedo

Está prevista para hoje a ida de Jair Bolsonaro à Câmara. Levará debaixo do braço dois textos: uma Medida Provisória que extingue o Bolsa Família e cria em seu lugar o Auxílio Brasil, que é o mesmo programa, mas com mais recursos, e a PEC dos Precatórios, que é a oficialização do calote. O presidente precisa de recursos para disputar a eleição do ano que vem. Voltarei a esse ponto mais adiante. Antes, algumas considerações.

SEMPRE GOLPISTA

Enquanto Bolsonaro não for banido da vida pública, pagando o preço devido por seus ataques à democracia e ao Estado de direito e por uma penca de outros crimes -- parte deles ligada ao tratamento desastroso dispensado ao enfrentamento da pandemia --, seguirá sendo o que essencialmente é: um golpista arruaceiro.

Embora force a mão para fazer crer que o tudo ou nada há de se dar neste ano ou no próximo, é claro que sua luta contempla um prazo mais longo. Se não for impedido, vai disputar eleições no ano que vem. E tem de se preparar a para o confronto. E se vencer? O projeto golpista continua. Há quem ainda não tenha entendido: ele quer o fim do regime democrático. E não é preciso um golpe formal, com tanques na rua, para alcançar esse objetivo.

Não cessará, na reta rumo ao pleito, sua pregação golpista, mesmo depois de a PEC do voto impresso ser derrotada pelo plenário da Câmara. Talvez desacelere os ataques aos tribunais. Inventará outras pautas para infeccionar parte do eleitorado. Sabe, no entanto, que apenas a pregação de extrema-direita não vai torná-lo competitivo no certame do ano que vem.

Contará a seu favor, note-se, o fato de que, salvo um cataclismo sanitário provocado pela variante Delta do coronavírus ou outra que surja, o país estará mais perto da normalidade no ano que vem. Adicionalmente, a economia estará distante dos piores tempos da pandemia. Em alguma medida, não dá para antever o impacto, isso pode diminuir a rejeição ao governo. Mas ainda é pouco. O impacto da recuperação no mercado de trabalho, por exemplo,

será muito reduzido, já dá para saber a esta altura. Então é preciso agir.

OS TEXTOS LEGAIS

Desde os primeiros dias de governo, Bolsonaro quer pôr fim à marca Bolsa Família, que traz, como é evidente, o DNA petista. Ninguém ignora o impacto que o programa teve na redução dos extremos de pobreza no país. E com óbvio efeito eleitoral. Colaborou, é certo, em larga medida, para a reeleição de Lula em 2006 e para as duas vitórias de Dilma. É uma realidade presente na vida de milhões de brasileiros.

É claro que um mínimo de decência política imporia que, em havendo correções e alterações no programa, estas se dessem sem mudar o nome. Mas decência não é artigo caro ao presidente. Num ato de evidente politicagem, vai extinguir a marca de um seu provável adversário eleitoral e, no lugar, impor o Auxílio Brasil. O Planalto quer elevar o valor dos benefícios - trabalhava-se com o limite de R\$ 300; Bolsonaro voltou a falar em R\$ 400 - e também pretende ampliar o número de beneficiários.

Neste ano, o Bolso Família corresponde a R\$ 34,9 bilhões. A pretensão é elevar esse valor em R\$ 25 bilhões. As famílias atendidas saltariam de 14,7 milhões para 17 milhões. Na MP que será entregue, o governo deve especificar critérios de atendimento, mas ainda sem definir valores.

Bolsonaro, está claro, vai avançar no caixa em busca de votos. Além dos R\$ 25 bilhões a mais para o Bolsa Família rebatizado, quer R\$ 26 bilhões para a isenção total do diesel, R\$ 5 bilhões para o reajuste do funcionalismo; R\$ 7,7 bilhões que sobrariam em decorrência da **reforma tributária** e mais R\$ 3 bilhões para o vale-gás. Bem, isso tudo não cabe no Orçamento. É preciso liberar recursos de outro lugar. De onde?

CALOTE DOS PRECATÓRIOS

E aí que entra o segundo texto que deve levar à Câmara: a PEC dos Precatórios. Trata-se de dívidas da União, passivos com julgamentos que já transitariam em julgado, que têm de ser pagas. Paulo Guedes já deu a fórmula de como pretende encarar a

questão: Devo, não nego; pago quando puder .

Imaginem se isso fosse levado como divisa e norte nas relações privadas, não é? O governo vai propor uma formula de parcelamento, criando o que é, notem bem!, uma regra para o calote. O pago quando puder implica que algumas coisas simplesmente não serão pagas.

A conta é salgada: saltou dos R\$ 55,4 bilhões neste ano para R\$ 89,1 bilhões no Orçamento do ano que vem. Aí não sobraria grana para o Bolsonaro reeleitoral , certo? Então se vai apresentar a PEC para tentar escalonar os pagamentos.

As duas propostas dependem do Congresso. A MP do novo Bolso Família tem de ser convertida em projeto de lei, que fica sujeito a emendas. O mesmo acontece com a PEC dos precatórios. De toda sorte, o presidente já evidenciou que pretende avançar no caixa em busca de votos.

A FÓRMULA BOZO

Assim, vai se evidenciando a, vamos dizer, Fórmula Bozo para tentar se reeleger. Não! Ele não vai desistir da agenda golpista. Que fique claro: ainda que venha a se reeleger -- e tanto pior se isso vier acontecer --, jamais vai abandonar o discurso contra as instituições. Se vier a ser bem-sucedido no pleito do ano que vem, investirá com ainda mais força na pregação disruptiva. Essa é sua natureza. A ladainha não depende de ele estar sendo bem ou malsucedido nas suas iniciativas e pretensões. É golpista na saúde e na doença.

Continuará a acusar o sistema eleitoral de inseguro, mesmo depois de a Câmara sacramentar a morte do voto impresso. Isso mobiliza seus milicianos. Inventará outras causas infecciosas, com a sua monumental e descarada disposição para a mentira, a exemplo da farsa lançada no fim da semana passada, que atribuía ao ministro Roberto Barroso a iniciativa de baixar de 14 para 12 anos a idade para o estupro presumido. De fato, em voto vencedor, o ministro fez rigorosamente o contrário: reafirmou o conteúdo da lei.

E daí? O chefe do Executivo não tem compromisso com os fatos. Assim, é provável que insista na inexistente fraude eleitoral, ao lado de outras indignidades, mas de olho na parte mais pobre do eleitorado. Somando a parcela do eleitorado hoje imantado pelas palavras de ordem da extrema direita com aquela que ele espera capturar dos estratos de menor renda, aposta que conseguirá passar para o segundo turno e vencer a disputa no ano que vem.

A PERGUNTA E A RESPOSTA

Bem, então, caso consiga se reeleger, aí ele sossega, certo? Poria fim à aventura golpista? Não. As coisas piorariam muito. Não haveria pela frente a reeleição. Observem que ele não está aí para assegurar o modelo de alternância do poder. Tentaria levar adiante o que considera a sua revolução -- e teria, é bom lembrar, duas outras indicações a fazer para o Supremo Tribunal Federal.

Enquanto Bolsonaro não for contido pelas leis democráticas que ainda temos, seguirá representando um risco para a democracia. E este será estupidamente maior se vier a se reeleger.

Qualquer escolha que contribua para tornar viável a sua postulação corresponde a uma aposta contra a democracia, a liberdade e a civilidade.

É terrivelmente simples e complicado assim.

Site: <https://noticias.uol.com.br/colunas/reinaldo-azevedo/2021/08/09/formula-bozo-golpismo-calote-de-divida-diesel-e-bolsa-familia-bombado.htm>

Economistas já questionam se Guedes deixou de ser liberal e virou gastador

Antonio Temóteo

Economistas passaram a questionar em relatórios para clientes e em debates acadêmicos se a política econômica do governo Bolsonaro está exagerando nos gastos públicos, sem garantia de recursos para bancar propostas como o novo Bolsa Família. Essa guinada é definida tecnicamente como política fiscal expansionista. Na prática, o Ministério da Economia, de Paulo Guedes, que pregava a redução de gastos, começa a ser questionado se não virou gastador.

Entre as propostas que podem aumentar os gastos do governo e reduzir a arrecadação, estão a criação de um novo programa social, com aumento no valor do Bolsa Família para R\$ 300, a **reforma tributária** e o adiamento no pagamento de precatórios, que são dívidas do governo reconhecidas após decisão da Justiça.

No primeiro caso, o governo não detalhou como pagará o reajuste do Bolsa Família. Não há estimativa de quanto seria o gasto total. Na reforma, as estimativas divulgadas até agora apontam para uma queda da arrecadação (menos R\$ 57 bilhões em dois anos). Na prática, o governo terá menos dinheiro em caixa para pagar servidores e as suas despesas normais. Em relação ao adiamento dos precatórios, analistas de mercado e acadêmicos têm considerado a proposta um calote.

Procurado, o Ministério da Economia informou que a criação de um programa de renda básica nacional é uma determinação do STF (Supremo Tribunal Federal).

Segundo o ministério, a criação do teto e o respeito a ele mostram o comprometimento do governo com a responsabilidade fiscal e são fatores que contribuíram para a melhora das expectativas de resultado do governo e da relação entre dívida e **PIB** (Produto Interno Bruto).

O ministério disse que as despesas com precatórios passariam de R\$ 54 bilhões em 2021 para R\$ 90 bilhões em 2022. Isso consumiria os recursos para o novo Bolsa Família. O envio de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) com a possibilidade de parcelar esses pagamentos resolveria esse problema. Sobre a **reforma tributária**, o Ministério da Economia

informou que as alterações propostas pelo relator estão em análise.

O economista-chefe da JF Trust, Eduardo Velho, declarou que as propostas em discussão pelo governo, como aumento de gastos públicos com programas sociais e parcelamento de precatórios, indicam a adoção de uma política fiscal expansionista. Em relatório distribuído aos clientes, ele afirmou que as ações do governo podem impactar negativamente a economia brasileira.

Como consequência do aumento dos gastos públicos, ele afirmou que os investidores podem retirar recursos do país, há risco de um aumento ainda maior de juros por parte do BC (Banco Central) e possível redução do ritmo de crescimento da economia.

Os investidores podem exigir uma taxa de juros maior para comprar títulos públicos para financiar o país. O descontrole fiscal pode prejudicar a recuperação da economia brasileira. Tivemos várias sinalizações negativas nas últimas semanas que levaram ao debate sobre uma mudança do Ministério da Economia na direção de uma política fiscal expansionista, disse.

Em relatório divulgado para os clientes, o economista-chefe da XP, Caio Megale, analisou as medidas que poderiam ser consideradas expansionistas. Procurado pelo UOL, ele declarou que os fatos disponíveis até o momento não são suficientes para afirmar definitivamente que o governo passou a adotar uma política fiscal expansionista. Entretanto, ele declarou que essa discussão é importante para avaliar os efeitos práticos da política do Ministério da Economia.

O debate atual é se governo flerta com o aumento de gastos e redução de **impostos**. Isso tornaria a política fiscal expansionista. Por enquanto, temos mais discussões do que algo concreto. Acho que faz sentido apontar os riscos mais do que dizer que estamos, de fato, nesse caminho, declarou.

A proposta do governo de adiar o pagamento de precatórios e de criar um novo programa social também tem sido debatida em entidades que defendem ideias liberais. O Instituto Millenium, que tem entre os fundadores o ministro Paulo Guedes, tem feito uma série de debates com especialistas em finanças públicas.

A entidade não divulgou um posicionamento oficial sobre o tema, mas os analistas ouvidos têm alertado que as duas medidas têm impactado negativamente os preços dos ativos no mercado. No caso do adiamento no pagamento dos precatórios, os analistas ouvidos pelo Millenium apontam que a medida pode ser considerada um calote .

O economista Roberto Ellery , professor da UnB (Universidade de Brasília), declarou que o governo tem dado sinais claros de que pretende aumentar os gastos públicos.

Segundo ele, as propostas de **reforma tributária**, com queda na arrecadação, de aumento no valor do Bolsa-Família e reajuste no salário de servidores são exemplos de uma política fiscal expansionista.

Além de classificar o governo como gastador , Ellery declarou que a equipe de Paulo Guedes abandonou o rigor fiscal ao propor o parcelamento dos precatórios , que são dívidas com empresas e pessoas reconhecidas após decisão judicial.

Segundo ele, a frase usada pelo ministro de que deve, não nega e paga quando puder , é tradicionalmente usada por caloteiros .

Essa proposta de parcelamento dos precatórios fora do teto de gastos é uma nova versão da contabilidade criativa. Eu defendo o teto de gastos, e há quem seja contrário. O governo deveria fazer um debate sério sobre possibilidades de mudanças nas regras do teto de gastos. E não criar exceções para enfraquecer o teto de gastos , disse.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/08/09/gastos-publicos-ministerio-economia.htm>

Brasil é país negro e feminino, governado por homens brancos , diz presidente da Oxfam

A desigualdade é tema incontornável da agenda pública brasileira hoje, aponta o relatório Democracia Inacabada: um retrato das desigualdades brasileiras, da Oxfam Brasil. Segundo o estudo, o Brasil precisa adotar um novo paradigma de políticas públicas, com foco em grupos mais vulneráveis , para que a retomada social e da atividade seja mais justa. Para isso, entretanto, será necessário enfrentar, de maneira incisiva, também as desigualdades de representação política, com o objetivo de reequilibrar a distribuição de poder político e tornar o ambiente de tomada de decisões mais equitativo.

"O Brasil é hoje um país majoritariamente negro e feminino , governado por homens brancos. Estamos evidenciando, com este relatório, os elementos que impossibilitam uma resposta adequada da política nacional aos desafios que temos: crise econômica, pandemia de covid-19, vulnerabilidade de milhões de negros, mulheres, indígenas e pessoas LGBTQI+", comenta Helio Santos, presidente do Conselho da Oxfam Brasil.

"A desigualdade política tem impacto na desigualdade econômica, que se acentua à medida em que as elites decisórias seguem não refletindo as demandas da diversidade de seus representados", reforça o relatório. "Neste contexto, a elite política atribui a responsabilidade pelos déficits fiscais aos gastos sociais direcionados principalmente aos grupos mais vulnerabilizados, estratégia que exige essa elite do necessário debate sobre o fortalecimento da capacidade do Estado em implementar políticas capazes de reduzir a desigualdade, como é o caso de uma **reforma tributária** justa e progressiva", complementa o relatório Democracia Inacabada.

Ao analisar a história nacional, o estudo identifica uma relação entre democracia e redução de desigualdades. "As restrições à participação popular que marcam regimes de caráter autoritário tendem a favorecer a adoção de políticas que ampliam as desigualdades, ao fomentar o desequilíbrio político entre os mais vulneráveis e os grupos sociais privilegiados. A concentração do poder nas mãos da elite política e econômica cria condições para uma captura do Estado em benefício dos interesses daqueles que compõem

esse grupo", informa o relatório.

Esse fenômeno será mais intenso quanto mais limitada for a participação popular no processo decisório, de acordo com o estudo da Oxfam Brasil. E a participação social se dá por diversas formas. Uma delas é por meio do voto. Nesse particular, detalha o documento, o Brasil é frequentemente mencionado como exemplo negativo de presença de mulheres no Parlamento.

No cenário internacional, o Brasil ocupava a 133ª posição no ranking anual de mulheres nos parlamentos nacionais (da Inter-Parliamentary Union - IPU), entre 192 países monitorados em 2019. "Vale destacar que, no Brasil, as cotas reservam candidaturas, não cadeiras legislativas. Ou seja, a lei estabelece que os partidos devam lançar o mínimo de 30% de candidaturas de mulheres, porém não há controle sobre a meta geral da política afirmativa, isto é, do número de cadeiras ocupadas por mulheres", alerta a Oxfam Brasil.

Para ampliar a participação popular nos processos decisórios políticos, foram criados diversos conselhos, comissões, conferências e orçamentos participativos. Em 2018, havia no Brasil 40 deles - 75% dos quais criados a partir da Constituição de 1988. Em abril de 2019, o governo federal publicou um decreto (9759/19) extinguindo "arbitrariamente ou restringindo a existência de colegiados participativos". Isso afetou justamente os que tratavam de temas como drogas, trabalho decente, pessoas com deficiência, Previdência, política indigenista, segurança pública, direitos dos idosos, população LGBTQI+ e segurança alimentar.

Na análise da Oxfam Brasil, atualmente, "todos esses avanços estão em risco e já apresentam retrocessos em relação ao combate às desigualdades, a fome e a pobreza. No final de 2020, o Brasil tinha 116,8 milhões de pessoas em condição de insegurança alimentar, o equivalente a 55% da população do país, com 19,1 milhões em situação de fome (9% da população brasileira), o pior número desde 2004 . Com a pandemia, quase 8 milhões de postos de trabalho desapareceram , fazendo com que, de forma inédita,

menos da metade das pessoas em idade para trabalhar esteja empregada.

Historicamente, mulheres, a população negra e os povos indígenas sempre estiveram à margem do sistema político brasileiro. A sub-representação desses estratos sociais nos espaços políticos institucionais influencia diretamente (e negativamente) na aprovação e adoção de políticas públicas que os beneficiaria. O relatório Democracia Inacabada, da Oxfam Brasil, defende uma agenda de trabalho de seis pontos que reforme e aprofunde a democracia brasileira. Em síntese, o documento propõe a democratização dos partidos políticos, a abertura de espaços para mais mulheres e pessoas negras, programas de treinamento de jovens lideranças e a equidade no financiamento de campanhas.

O novo relatório da Oxfam Brasil é dividido em quatro partes: Democracia e Desigualdades, em que se discute o papel da democracia no combate às desigualdades; Democracia e Participação, com foco na participação social na história nacional; Democracia e Representação, que aponta a importância da representação adequada de maiorias demográficas; e Propostas para Melhorar a Democracia Brasileira, a fim de construir um país mais justo e menos desigual.

"É importante aprimorarmos e aprofundarmos nossa democracia para que ela funcione para todas e todos, e não apenas para um pequeno grupo de pessoas, que se beneficia dela desde que a República brasileira se formou", afirma Katia Maia, diretora executiva da Oxfam Brasil. "Sabemos que a adoção de políticas públicas sociais inclusivas é o meio mais eficaz de combater as desigualdades", acrescenta a especialista. "Entretanto, entendemos como fundamental para a democracia brasileira que essas políticas públicas sejam discutidas e aprovadas nas instâncias legislativas de direito, em um ambiente com uma participação mais equitativa de pessoas negras, mulheres, indígenas e representantes LGBTQI+ nos espaços decisórios e de poder", encerra Katia Maia. (VB)

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/08/4942522-brasil-e-pais-negro-e-feminino-governado-por-homens-brancos-diz-presidente-da-oxfam.html>

Risco fiscal e crise política afetam a retomada - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

As perspectivas para a recuperação da economia brasileira começam a se nublar novamente, com as incertezas causadas pela piora do risco fiscal e pela crise institucional provocada pelos ataques diários do presidente Jair Bolsonaro ao sistema de votação do país e a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Num quadro de avanço da vacinação e de relaxamento progressivo das medidas de restrição à mobilidade social, a avaliação predominante era de uma atividade econômica mais firme nos próximos meses. Havia também a expectativa de um câmbio mais valorizado, com a possibilidade de que o dólar ficasse na casa de R\$ 5 ou menos, contribuindo para atenuar pressões inflacionárias, num momento de preços de commodities elevados.

Esse cenário mais positivo, porém, está em xeque, refletindo-se num câmbio um pouco mais desvalorizado e em juros futuros mais altos. Isso piora as condições financeiras, o que tem potencial para afetar a retomada da atividade. A melhora na percepção da trajetória das contas públicas, devido à revisão nas projeções para a dívida bruta, é em parte ofuscada pela deterioração do ambiente fiscal. O governo escancara a intenção de expandir com força os gastos em 2022, defendendo manobras como o parcelamento de precatórios para garantir um aumento mais expressivo para o Bolsa Família, por exemplo.

Para completar, o espaço no orçamento para o ano que vem deve ser menor do que se pensava há alguns meses, como diz o economista Armando Castelar, coordenador de economia aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). O ponto é que a diferença entre o índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) acumulado em 12 meses até junho, que corrige o teto de gastos, e o índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) até dezembro, que reajusta despesas como aposentadorias, será menor do que se estimava.

O IPCA nos 12 meses até junho ficou em 8,35%, enquanto o INPC neste ano pode superar 7% -até há algum tempo, a expectativa era de um INPC de 6,5% ou menos. Com isso, a folga no teto de gastos para novas despesas deverá ser mais modesta do que parecia há poucos meses.

A ideia de parcelar os gastos com precatórios e eventualmente tirá-los do teto é um mau caminho, diz Castelar, observando que isso abre a porta para que outras despesas sejam tratadas do mesmo modo. Há o risco de enfraquecimento do teto como âncora para a política fiscal, avalia ele.

Esse conjunto de fatores elevou o risco fiscal, embora a situação seja vista como menos dramática no curto prazo por causa da melhora nas projeções para a trajetória da dívida bruta. Na virada do ano, as estimativas apontavam para um endividamento bruto na casa de 95% a 100% do **PIB** no fim deste ano. A **inflação** mais alta elevou o **PIB** em termos nominais e contribuiu para aumentara arrecadação de **impostos**, colaborando para previsões mais favoráveis, na casa de 82% do **PIB**.

A aposta num crescimento da economia superior a 5% neste ano também ajuda. Os acontecimentos recentes, contudo, jogam na outra direção, e declarações como a do ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre os precatórios - "Devo, não nego; pagarei assim que puder" - só pioram a situação.

O risco político é outro obstáculo à retomada da economia. Bolsonaro passa os dias atacando sem nenhuma prova as urnas eletrônicas e os ministros do STF, indicando que não pretende aceitar uma eventual derrota nas eleições de 2022. Essa crise institucional provocada pelo presidente eleva a incerteza, um fator negativo em especial para o investimento. Quem é mais avesso ao risco tende a esperar a eleição para ver como a situação se resolve, nota Castelar. O resultado tende a ser o adiamento de projetos de investimento por parte do setor privado.

Além disso, é mais um fator que pode afastar parte dos investidores estrangeiros do país, segundo ele. Castelar lembra que o Brasil já é malvisto no exterior por fatores como o impacto da pandemia, que provocou um número elevado de mortes no país, e pela política ambiental. "Esse debate institucional também pesa."

Castelar afirma que havia uma expectativa de que 2022 seria agitado do ponto de vista político, o que tenderia a fazer o risco país e os juros futuros subirem e o câmbio a se desvalorizar a partir do meio do ano

que vem, embora com menos intensidade do que nas eleições de 2002."Num certo sentido, isso está sendo antecipado."

A crise institucional causada por Bolsonaro começou enfim a bater no mercado, sendo mais um motivo a pressionar o câmbio. Com contas externas sólidas, especialmente devido às exportações de commodities, e juros em alta, o dólar deveria estar mais barato, num nível inferior a R\$ 5. Isso ajudaria a empurrar a **inflação** para baixo, num cenário em que há pressões disseminadas sobre os preços. Mas, se ainda não ficou perto de R\$ 5,80, como ocorreu em março, a moeda americana fechou a semana passada em R\$ 5,2355. Com o risco fiscal e o político em alta, o câmbio não deverá auxiliar a conter a **inflação**, dificultando a tarefa do Banco Central (BC) de levar o IPCA de volta para a trajetória das metas, de 3,75% neste ano e 3,5% no ano que vem. Juros mais elevados por mais tempo terão efeito negativo sobre a atividade econômica, afetando especialmente o desempenho do **PIB** em 2022.

Os ataques de Bolsonaro à democracia e a sanha populista do governo em adotar medidas pouco ortodoxas para aumentar gastos poderão comprometer a recuperação mais firme da economia que se esperava para os próximos meses. Em manifesto divulgado na semana passada, um grupo de economistas, empresários, banqueiros, intelectuais e outros representantes da sociedade civil defendeu enfaticamente o sistema eletrônico de votação e pediu que as eleições sejam respeitadas. Bolsonaro não dá sinais de recuo. No sábado, falou mais uma vez a favor do voto impresso e criticou os ministros do STF. Num país com 14,8 milhões de desempregados e uma **inflação** superior a 8% em 12 meses, a atitude antidemocrática do presidente pode retardar ainda mais a melhora do mercado de trabalho e a desaceleração dos índices de preços.

Sérgio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente

E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186974?page=1§ion=1

Surto de covid-19 já afeta comércio exterior da China

O novo surto de covid-19 na China já está afetando o comércio exterior do país. As exportações e importações chinesas perderam impulso em julho, o que aponta para um enfraquecimento do consumo e da produção industrial. E esse impacto deve se agravar nos próximos meses.

As exportações chinesas aumentaram 19,3% em julho, em relação ao mesmo mês do ano passado, segundo dados divulgados no sábado. Isso ficou abaixo da expectativa de analistas. E bem abaixo da expansão de junho, que havia sido de 32,2%,

Já as importações chinesas subiram 28,1 % em julho, também abaixo das projeções de economistas e da expansão de 36,7% registrada em junho. Nos últimos meses, vem caindo a demanda por minério de ferro, um insumo fundamental da siderurgia.

Apesar de ainda sinalizarem crescimento, esses dados se comparam com alguns dos piores meses do ano passado, quando a epidemia de covid-19 reduziu bruscamente o comércio internacional em todo o mundo. Ou seja, a base de comparação é baixa.

A China vinha registrando uma retomada mais forte de seu comércio exterior nos últimos meses, impulsionada principalmente pela melhora na demanda do Ocidente, onde a reabertura das economias gerou uma forte aumento do consumo. A demanda interna chinesa está se recuperando mais lentamente.

A economia chinesa vinha numa recuperação muito forte após o abalo da pandemia, no começo do ano passado. O país tinha conseguido controlar a disseminação da doença e sair mais cedo da crise econômica causada pela covid-19.

Mas um novo surto de que começou em julho vem causando problemas de produção e de logística na China, o que está afetando a economia como um todo.

Esse surto está sendo causado pela variante delta, mais transmissível, que conseguiu superar o rígido sistema de controle chinês.

Para enfrentar esse surto, que atingiu dezenas de cidades e prejudicou a produção de fábricas e o funcionamento de portos importantes no país, o

governo adotou uma série de medidas de restrição. Colocou milhões de pessoas em lockdowns nas áreas mais afetadas, paralisou a atividade de empresas, restringiu fortemente o transporte de e para essas regiões, ampliou as restrições para o deslocamento de pessoas e fez teste em massa.

Os dados de novos casos são baixos ainda, se comparados a outros países, mas bem acima do que a política de tolerância zero da China vinha conseguindo registrar. Ontem o governo relatou 96 casos sintomáticos (a medida usada pelo país, que conta separadamente os casos assintomáticos), contra 107 casos do dia anterior. Mas no começo de junho, o número de casos diários estava abaixo de 20. E chama a atenção no surto atual a abrangência.

Enchentes e episódios de mau tempo sazonais também afetaram, no mês passado, a produção industrial de algumas regiões, como a China central.

"A pandemia também se agravou em outros países em desenvolvimento da Ásia, o que pode ter levado a um remanejamento do comércio em direção à China. Mas os indicadores de tendências econômicas sugerem que as exportações poderão perder força nos próximos meses", disse Zhiwei Zhang, economista-chefe da Pinpoint Asset Management.

Surto de casos de covid-19 nas províncias do leste e do sul da China, os principais polos exportadores do país, comprometeram a produção industrial.

Ao lado dos obstáculos **impostos** pelos esforços para conter a propagação da variante delta, os exportadores chineses também enfrentaram dificuldades com os problemas atuais de escassez mundial de semicondutores, gargalos de logística e a alta dos custos de matérias-primas e do frete.

"Embora as encomendas estejam se recuperando, o segundo semestre do ano terá muitas incertezas, como qual será a evolução da epidemia e do custo das matérias-primas. E, ao mesmo tempo, a capacidade de produção no exterior está aumentando lentamente", disse um diretor de vendas de produtos para exportação de Suzhou.

O nível de atividade industrial da China cresceu a um ritmo mais lento em julho devido à alta dos custos das

matérias-primas, à manutenção de equipamentos e a condições climáticas extremas.

A China teve superávit comercial de US\$ 56,58 bilhões em julho, acima da projeção de US\$ 51,54 bilhões e do saldo de US\$ 51,53 bilhões contabilizado de junho.

A economia chinesa está em via de crescer mais de 8% neste ano, mas analistas dizem que a demanda represada pela covid-19 alcançou um pico e preveem que as taxas de crescimento começam a perder força.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186974?page=1§ion=1

Teste de governabilidade em meio à crise



ISRAEL MEDEIROS

A crise institucional detonada pelo presidente da República e a chegada de Ciro Nogueira, líder do Centrão que passou a ocupar a chefia da Casa Civil, levantam questões sobre a governabilidade da gestão de Jair Bolsonaro. Se, por um lado, o tensionamento entre o Planalto e o Supremo Tribunal Federal provoca forte instabilidade política, a entrada de um dos líderes do Centrão no governo pode melhorar a relação entre o Executivo e o Legislativo, no momento em que o presidente da Câmara do mesmo partido de Ciro Nogueira pretende avançar na aprovação de pautas e se mostra reticente em relação à abertura de processo de impeachment. O novo ministro da Casa Civil também é visto como importante para melhorar a interlocução com o Senado, palco da CPI da Pandemia e instituição que guarda uma distância regulamentar do Palácio do Planalto.

"Uma das missões do Ciro Nogueira é arrumar o meio de campo também no Senado para o governo. Porque lá é uma fonte diária de dor de cabeça para o governo, que é a CPI da pandemia. O governo precisa sobretudo que a agenda econômica continue caminhando, que o Ciro arrume o meio de campo no Senado. É desafiador, mas ele é um craque quando o assunto é articulação", observa Kramer.

O entendimento com o Congresso se torna necessário na medida em que o governo precisa construir uma agenda positiva, com vistas a 2022. Diante da perda de popularidade, Bolsonaro tem apostado em ampliar programas sociais - e precisa do apoio do Congresso para levar essa estratégia adiante. O governo já revelou que o novo Bolsa Família, chamado de Auxílio Brasil, será anunciado em breve pelo ministro da Cidadania, João Roma, e será pago a partir de novembro. Não há, no entanto, um valor definido. O presidente já chegou a falar em R\$400, o que é inviável segundo a equipe econômica, que faz cálculos para que o benefício seja de R\$ 250 a R\$ 300, com um custo de R\$25 a R\$30 bilhões. Segundo o ministro da Economia, Paulo Guedes, já há espaço

orçamentário para isso.

Os R\$ 400 citados por Bolsonaro, segundo especialistas, são uma tentativa de obter popularidade e, por consequência, apoio político, mesmo que isso custe caro para a União. "A proposta de buscar dinheiro até nos precatórios para financiar um aumento do Bolsa Família, isso faz parte de uma estratégia eleitoral do presidente Bolsonaro. Se o Brasil sair da pandemia, as reformas derem resultado, o Centrão não vai abandoná-lo. Se por qualquer motivo a popularidade vier abaixo, se surgir uma nova onda da pandemia que ponha por terra a vacinação, paralise a economia, a **inflação** dispara e você tem um cenário em que a popularidade vai cair e muito", explica Kramer.

Cargos e verbas

Já David Fleischer, cientista político e professor emérito da UnB, tem uma visão mais crítica.

Segundo ele, há uma clara perda de governabilidade de Bolsonaro. Fleischer acredita que o presidente está ameaçado diante da crise criada com o Judiciário. Para o analista, a decisão de Lira de levar o voto impresso a plenário constitui um movimento para agradar o presidente. "Se observarmos os deputados que votaram a favor e contra na Comissão Especial, há vários do Centrão que rejeitaram o voto impresso. Lira disse que apesar disso, vai levar para o plenário. Bolsonaro perde governabilidade, mas não presta atenção ou não liga. Ele continua falando besteira e atacando o Judiciário", comenta.

Fleischer aponta, ainda, que as tentativas do governo de ampliar programas sociais, em uma investida populista, encontram obstáculos orçamentários difíceis de serem superados. "Quando o auxílio emergencial era de R\$ 600, isso aumentou a aprovação do Bolsonaro. Mas depois de meses sem nada, o auxílio foi reduzido para R\$ 300, e a aprovação dele caiu. Esses lances populistas esbarram na questão fiscal.

Estão tentando achar um jeitinho para driblar isso, adiar precatórios e várias outras jogadas. Mas é difícil", completa.

Para o deputado federal Fábio Trad (PSD-MS), a governabilidade enfrenta um momento delicado. O parlamentar acredita que o Centrão precisa decidir logo se continua, de forma tácita, ao lado do presidente em sua cruzada an-tidemocrática, ou se

deixa o mandatário isolado, com a justificativa de que apoia a democracia. "O presidente já desatou o tecido político a tal ponto que o Centrão precisa fazer uma opção: ou faz uma opção golpista ou democrática, desvinculando-se do presidente. O Centrão é quem fornece oxigênio para a escalada golpista do presidente. O Centrão seria um coautor do golpe, uma vez que está trabalhando pela sobrevivência política do governo", afirma.

Sobre a crise com o Judiciário, Trad entende que a situação já foi longe demais. "Várias vezes essas tentativas foram feitas para tentar conter os ímpetos autoritários do presidente. Não creio que o Ciro Nogueira conseguirá fazê-lo, porque isso é inerente à personalidade autoritária do Bolsonaro. Se o Ciro conseguir reverter isso, bom para o país. Caso contrário, nossa única alternativa seria o impeachment", conclui.

O custo Bolsonaro



As bravatas do presidente Jair Bolsonaro estão custando caro para os brasileiros. A cada fala polêmica do chefe do Executivo, cresce a insegurança política e econômica no país. Consequentemente, o dólar sobe e pressiona a **inflação**, que já está alta em razão da crise hídrica e da retomada global. O apetite do dragão, por sua vez, aumenta o trabalho do Banco Central, que também sinalizou maior preocupação com a piora nas contas públicas.

O "custo Bolsonaro" é um dos fatores que contribuiu para o BC ampliar o ritmo de alta da taxa básica da economia (Selic). Na última quarta-feira, o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, elevou a Selic em 1,0 ponto percentual, para 5,25% ao ano. Na ocasião, a autoridade monetária mudou o discurso e reconheceu que a **inflação** não é temporária. Reforçou, ainda, os temores de aumento do risco fiscal por conta do aumento das incertezas domésticas.

Para cada ponto percentual a mais na Selic, o custo da dívida pública bruta cresce em R\$30,8 bilhões no acumulado em 12 meses, segundo dados do BC. Logo, essa fatura já está em R\$ 130,9 bilhões, considerando as altas da Selic desde março, e deverá continuar subindo. O colegiado ainda sinalizou que continuará a aumentar os juros para acima do patamar neutro, ou seja, de 6,5% a 7% ao ano. Essa medida retardará o processo de recuperação da economia em meio a um cenário de dólar valorizado neste ano e no próximo, pelas projeções do mercado.

Após a decisão do Copom, as apostas de

especialistas para a Selic no fim do ano passaram para 7,5% e 8%, com a possibilidade de os juros básicos subirem para 8,5% ao ano em 2022. Algumas previsões para a **inflação** oficial, medida pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), já ultrapassam 7% para este ano, bem acima do teto da meta, de 5,25%. E, para 2022, também tendem a se aproximar do teto da meta no ano que vem, de 5%.

A decisão do BC reforça o cenário de preocupação com as ameaças do governo partir para o descontrole fiscal, com medidas inconstitucionais, como o adiamento do pagamento de precatórios -dívidas judiciais da União-e a burla do teto de gastos. Sérgio Vale, economista da MB Associados, avalia como correta a decisão do BC em apertar o ciclo monetário diante da piora do cenário macroeconômico. "Mesmo a **inflação** sendo de oferta, a contaminação das expectativas para os meses seguintes tende a aumentar. A **inflação** mais elevada pode aumentar a inércia e o BC precisa evitar uma **inflação** mais elevada em 2022", afirma. Em relação à piora no cenário por conta da nova crise institucional, ele considera que o BC só atuará indiretamente. "Ele não tem como entrar em questões políticas. O limite é dado pela **inflação** e pelo fiscal. Se a política fiscal sair do controle, os juros teriam que subir muito mais. Mas é um risco mais para quem entra em 2023", complementa.

Crise política

Há outros fatores preocupantes. O governo prepara um pacote de medidas que deve aumentar os gastos públicos e ameaçar o teto de gastos. Entram na cesta de bondades o novo Bolsa Família, subsídios para o gás e para o diesel e outras medidas que têm deixado os agentes financeiros e especialistas apreensivos. Para piorar, o Congresso aprovou o novo Refis, que extrapolou as expectativas da equipe econômica e complicou a situação fiscal do governo. Não bastassem os desafios econômicos, há uma crise política grave.

Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust, destaca que o mercado está ancorado na regra do teto e na trajetória do déficit primário. O risco fiscal havia sido deixado de lado por conta da **inflação**. "A **inflação** mais alta eliminou o risco de descumprimento do teto. Ela ajudou a melhorar a arrecadação, e o risco acabou saindo do radar do mercado. Agora, ele voltou, porque começou a olhar para 2022, quando a arrecadação não deverá ser tão boa. Para piorar, entrou nesse

cenário mais uma crise institucional", alerta. De acordo com ele, mesmo com a manutenção do ministro da Economia, Paulo Guedes, até o fim do governo, "o clima político está pior do que o de agosto do ano passado", quando o chefe da equipe econômica ameaçou deixar o governo.

"A crise política que estamos enfrentando, sem dúvida, exerce uma influência sobre as decisões da autoridade monetária. Até certo modo ou certo ponto, essa crise política também avisa o risco fiscal do país, que nunca desapareceu do radar totalmente. Quem analisa com cuidado a economia brasileira sabe que isso é uma questão fundamental e complexa", explica o economista José Júlio Senna, ex-diretor do Banco Central e chefe do Centro de Estudos Monetários do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE).

O especialista também reconhece que o BC acerta ao priorizar o combate à **inflação**, mesmo com o risco de comprometer a retomada da atividade com a elevação da Selic acima do patamar de juros neutros. "A **inflação** é o que há de pior para a economia. O Brasil já tem um histórico muito ruim de **inflação**, e, portanto, não pode brincar com ela. Se ela voltar de forma permanentemente alta, será um horror", alerta o ex-diretor do BC.

Contudo, ele reconhece que o processo inflacionário atual é global e diferente de todos os outros, e, por conta disso, não é possível criticar as ações do BC. "É indiscutível que o processo inflacionário tem surpreendido todo mundo pela persistência. E no Brasil, esse risco é maior, pelo histórico e pelo desequilíbrio fiscal, que são muito sensíveis pelo que acontece no dia a dia. Mesmo que seja temporária, a **inflação** está demorando para ceder e está afetando as expectativas futuras, e elas precisam ser ancoradas", explica Senna.

Na avaliação de Luis Otávio de Souza Leal, economista-chefe do Banco Alfa, o BC precisa impor um viés de alta nas projeções de alta da Selic devido à deterioração fiscal. "O próprio BC diz isso no **comunicado** quando fala que o balanço de riscos é assimétrico para cima por conta da questão fiscal", avalia. Para ele, o risco Bolsonaro já está precificado pelo mercado. "O problema é que, com a necessidade dessa PEC dos precatórios, abriu-se uma Caixa de Pandora perigosa", conta.

Efeito nas contas públicas

Toda alta na taxa básica de juros (Selic) tem um custo, e ele se reflete diretamente no aumento do endividamento do governo. Segundo dados do Banco Central, cada ponto percentual de alta na Selic

significa R\$ 30,8 bilhões a mais na dívida pública bruta a cada 12 meses. Desde março, quando antecipou o início do ciclo de alta dos juros em razão do aumento das pressões inflacionárias, a taxa básica subiu 3,25 pontos percentuais. Isso significa que o custo do endividamento já aumentou R\$ 100,1 bilhões e passará para R\$ 130,9 bilhões com a alta deste mês.

Com esses recursos, seria possível mais do que dobrar os R\$ 127,5 bilhões de gastos emergenciais previstos pelo governo para este ano. Desse total, R\$ 64,9 bilhões são referentes ao auxílio emergencial médio de R\$ 250 aos mais vulneráveis, considerando a prorrogação do benefício até outubro.

Em meio ao aumento das incertezas políticas no Brasil e à expectativa de mudança na política monetária dos Estados Unidos, especuladores estrangeiros estão reposicionando investimentos em mercados emergentes. Apenas em julho, a retirada de investidores não residentes da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) somou R\$ 8,2 bilhões. Foi o primeiro mês negativo desde março, quando saíram R\$ 4,6 bilhões em meio à segunda onda da covid-19.

A expectativa, daqui para frente, é de piora no quadro fiscal. É preciso considerar, avaliam analistas, que a dívida pública bruta do Brasil é quase o dobro da média dos países emergentes e as contas públicas estão no vermelho desde 2014. Logo, quando o governo não consegue registrar superávit primário, a dívida pública tende a crescer e pode ficar insustentável se não houver medidas fiscais responsáveis. (RH)

» Fatura cara

Questão fiscal volta para o radar do mercado com nova crise institucional e sinalização populista do presidente Jair Bolsonaro, que reflete negativamente no câmbio, acaba ajudando a pressionar ainda mais a inflação e pressiona os juros

Evolução da taxa Selic

Reunião Copom Taxa em % ao ano

Dez/18	6,50
Set/19	5,50
Out/19	5,00
Dez/19	4,50
Fev/20	4,25
Mar/20	3,75
Mai/20	3,00
Jun/20	2,25
Ago/20	2,00
Set/20	2,00
Out/20	2,00
Dez/20	2,00
Jan21	2,00
Mar/21	2,75
Mai/21	3,50
Jun/21	4,25
Ago/21	5,25*
Dez/21	7,75**
Dez/22	7,75**

*Decisão do Copom da última quarta-feira (4/8)

**previsão da MB Associados

» Cenários

Veja algumas projeções da MB Associados dos principais indicadores macroeconômicos no último relatório quinzenal

Item	2020	2021*	2022*
PIB (em%)	-4,1	4,7	1,8
IPCA (em%)	4,5	7,0	4,0
Selic (em%)	2,0	7,75	7,75
Câmbio R\$/ US\$ fim do ano	5,15	5,20	5,60
Taxa de desemprego média (em %)	13,5	14,3	12,0
2020	5,15		
2021	5,20		
2022	5,60		

» Investimento estrangeiro na Bolsa

Saldo líquido de compras e vendas de ações ao longo do ano por investidores residentes no exterior, incluindo IPOs, ficou negativo em julho pela segunda vez no ano

Mês	Saldo	Em R\$ bilhões
Jan		25,297
Fev		1,93
Mar		-4,612
Abr		12,572
Mai		17,063
Jun		17,249
Jul		-8,250
Ago		0,927
Saldo em 2021		62,185

» Dívida avança

Dados acumulados no ano mostra que, em valores, endividamento do país continua aumentando

Evolução da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG)

Mês	R\$ trilhões	% do PIB
Dez20	6,615	88,8
Jan21	6,670	89,4
Fev21	6,744	90,0
Mar21	6,721	89,1
Abr21	6,665	85,6
Mai21	6,696	84,6
Jun21	6,729	84,0

Crescimento acumulado no ano R\$ 114 bilhões

» Risco país

Prêmios de risco voltaram a subir e indicador da capacidade de pagamento do país piora, voltando a patamares próximos aos de março

Classificação	País	Rating S&P	CDS/5 anos
1	Suécia	AAA	8,50
2	Reino Unido	AA	9,35
3	Estados Unidos	AA+	9,52
6	Alemanha	AAA	9,90
19	China	A+	38,69
22	Grécia	BB	72,20
23	Indonésia	BBB	78,74
24	Rússia	BBB-	84,20
25	México	BBB	95,07
26	Brasil	BB-	181,90
27	Turquia	B+	377,69

Fontes: Banco Central, MB Associados, B3 e World Government Bonds



Crise institucional custa caro à economia



MIGUEL SCHINCARIOL/AFP - 19/12/17

Rosana Hessel

Brasília - As ameaças que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) têm feito em referência às eleições de 2022 e que agravam a crise aberta com o Supremo Tribunal Federal (STF) podem custar caro ao equilíbrio do setor público e às medidas de retomada da economia, elevando a insegurança no mercado financeiro e entre investidores. Consequentemente, o dólar sobe e pressiona a **inflação**, que já está alta em razão da crise hídrica e da retomada global. O apetite do dragão, por sua vez, aumenta o trabalho do Banco Central, que também sinalizou maior preocupação com a piora nas contas públicas.

O chamado custo Bolsonaro é um dos fatores que contribui para o BC ampliar o ritmo de alta da taxa básica da economia (a Selic, que remunera os títulos do governo no mercado financeiro e serve de referência para as operações nos bancos e no comércio). Na última quarta-feira, o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, elevou a Selic em 1 ponto percentual, para 5,25% ao ano. Na ocasião, a autoridade monetária mudou o discurso e reconheceu que a **inflação** não é temporária. Reforçou, ainda, os temores de aumento do risco fiscal devido ao aumento das incertezas domésticas.

Toda alta na taxa básica de juros (Selic) tem um custo, e ele se reflete diretamente no aumento do endividamento do governo. Após a decisão do Copom, as apostas de especialistas para a Selic no fim do ano passaram para 7,5% e 8%, com a possibilidade de os juros básicos subirem para 8,5% ao ano em 2022. Algumas previsões para a **inflação** oficial, medida pelo

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ultrapassam 7% para 2021, bem acima do teto da meta, de 5,25%. E, para 2022, também tendem a se aproximar do teto da meta no ano que vem, de 5%.

A decisão do BC reforça o cenário de preocupação com a crise política a partir para o descontrole fiscal, com medidas inconstitucionais, como o adiamento do pagamento de precatórios - dívidas judiciais da União - e a burla do teto de gastos. Sergio Vale, economista da MB Associados, avalia como correta a decisão do BC de apertar o ciclo monetário diante da piora do cenário macroeconômico.

"Mesmo **inflação** sendo de oferta, a contaminação das expectativas para os meses seguintes tende a aumentar. A **inflação** mais elevada pode aumentar a inércia e o BC precisa evitar que uma **inflação** mais elevada em 2022", afirma. Em relação à piora no cenário por conta da nova crise institucional, ele considera que o BC só atuará indiretamente.

RISCO FISCAL Eduardo Velho, economista-chefe da JFTrust, destaca que o mercado está ancorado na regra do teto e na trajetória do deficit primário. O risco fiscal havia sido deixado de lado devido ao aumento do custo de vida. "A **inflação** mais alta eliminou o risco de descumprimento do teto. Ela ajudou a melhorar a arrecadação, e o risco acabou saindo do radar do mercado. Agora, ele voltou, porque começamos a olhar para 2022, quando a arrecadação não deverá ser boa. Para piorar, entrou nesse cenário mais uma crise institucional", alerta.

"A crise política que estamos enfrentando, sem dúvida, exerce uma influência sobre as decisões da autoridade monetária. Até certo modo ou certo ponto, essa crise política também ameaça o risco fiscal do país, que nunca desapareceu do radar totalmente. Quem analisa com cuidado a economia brasileira sabe que isso é uma questão fundamental e complexa", explica o economista José Júlio Senna, ex-diretor do Banco Central e chefe do Centro de Estudos Monetários do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre).

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Presidente deve entregar novo Bolsa Família e PEC dos precatórios a Lira

O governo deve entregar nesta segunda-feira (9) ao Congresso a proposta que parcela precatórios para driblar o teto de gastos em 2022, além de uma MP (medida provisória) que cria o Auxílio Brasil - programa que substituirá o Bolsa Família.

As propostas devem ser entregues pessoalmente pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), pela manhã. De acordo com integrantes do governo ouvidos pela Folha, a MP do Auxílio Brasil vai trazer o formato do programa, com seus objetivos e diretrizes, mas sem estabelecer valores nem explicitar as fontes orçamentárias.

Lançado em meio às incertezas que rondam o Orçamento de 2022, o texto deve condicionar parte do programa à real existência de recursos, abrindo caminho para que certas medidas fiquem apenas no papel.

O programa surge no momento em que a classe política pressiona por gastos em diferentes frentes e o espaço disponível no teto de gastos é comprimido pelo avanço da **inflação** e pelo consequente reajuste de despesas obrigatórias (como aposentadorias).

As contas públicas estão no vermelho desde 2014, e a equipe econômica concentrou esforços para tentar fazer o pagamento médio por família subir dos atuais R\$ 190 para próximo de R\$ 300.

O valor caberia, com aperto, no teto de gastos. Mas Bolsonaro e aliados pressionam por mais e citam nos bastidores um valor de R\$ 400.

Mesmo com as indefinições sobre os números, a proposta do Auxílio Brasil já representa a maior mudança na política do Bolsa Família desde sua criação.

O programa lançado no primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve deixar de existir formalmente após quase 18 anos e ter o arcabouço legal revogado até o fim deste ano.

O Auxílio Brasil, porém, manterá as premissas do antecessor ao atender famílias em situação de extrema pobreza (renda mensal de até R\$ 89 por pessoa, segundo o padrão atual do governo) e

pobreza (entre R\$ 89 e R\$ 178).

Haverá três frentes principais para os pagamentos, de acordo com o formato discutido nos últimos dias.

Um deles é o benefício Primeira Infância, para famílias com crianças de até 3 anos.

O segundo é o benefício de Composição Familiar, destinado a famílias com gestantes ou pessoas entre 3 e 21 anos.

E o terceiro é o benefício de Superação da Extrema Pobreza, voltado somente a famílias nessas condições.

Também devem estar presentes no texto do Auxílio Brasil, mas com pagamentos condicionados à existência de recursos, bolsas extras para famílias compostas por atletas adolescentes de destaque em competições esportivas e para estudantes que se sobressaem em eventos científicos.

Além disso, há previsão de um vale- creche e um auxílio para produtores rurais.

Hoje, o Bolsa Família é voltado a famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham na composição gestantes, mães que amamentam, crianças ou adolescentes até 17 anos.

Elogiado por órgãos como a ONU (Organização das Nações Unidas), o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, pela equipe econômica de Henrique Meirelles (a primeira pós-PT) e até pelo ministro Paulo Guedes (Economia), o Bolsa Família representa um marco na história do país ao inserir no Orçamento um projeto de larga escala para transferência de renda para a população mais vulnerável.

Carro-chefe dos programas sociais da era petista, é considerado pelo atual ministro da Economia como o motivo para o PT ter vencido quatro eleições -e sua reformulação é vista no governo como um meio de elevar a popularidade de Bolsonaro na disputa eleitoral com Lula, que criou o programa.

" [O PT] ganhou quatro eleições seguidas merecidamente, porque fez a transferência de renda

para os mais frágeis com um bom programa. Um programa que envolvia poucos recursos e que tinha um altíssimo impacto social", disse Guedes em audiência pública na Câmara em maio.

"Agora vem a eleição? Nós vamos para o ataque. Vai ter Bolsa Família melhorado, BIP [Bônus de Inclusão Produtiva] , o BIQ [Bônus de Incentivo à Qualificação], vai ter uma porção de coisa boa para vocês baterem palma", afirmou o ministro à Folha há pouco mais de dois meses.

Apesar de Guedes dizer que o programa não vai furar o teto, os movimentos do governo por mais recursos e o drible na regra em 2022 com o parcelamento dos precatórios (pagamentos determinados pela Justiça contra o Estado) em ano eleitoral têm causado desconfiança no mercado.

A PEC (proposta de emenda à Constituição) dos precatórios é justificada por Guedes como uma forma de o teto não ser furado. A medida é lançada após governo e Congresso deixarem de implementar ações para revisão de gastos em outras frentes.

Guedes disse ter lançado a proposta -às vésperas de apresentar o Orçamento, que deve ser entregue até o fim do mês -após ter sido surpreendido pela conta dos precatórios «02022. A fatura subiu de R\$ 55,4 bilhões em 2021 para R\$ 89,1 bilhões no próximo ano, um crescimento de 60,7% que foi chamado por ele de "meteoro".

Apesar disso, órgãos do governo vêm alertando o Ministério da Economia sobre perdas com precatórios meses antes da reta final da proposta de Orçamento - o que indica que a pasta não foi pega tão de surpresa assim.

Em março, a AGU (Advocacia-Geralda União) alertou sobre um pagamento de R\$ 8,5 bilhões à Bahia em 2022.

Em maio, a SOF (Secretaria de Orçamento Federal) afirmou que um precatório de R\$ 2,6 bilhões para o Ceará elevaria o risco de "desobediência a normas constitucionais e legais voltadas a uma gestão fiscal responsável, prejudicando o desenvolvimento de outras políticas públicas".

Em junho, a SOF fez novo alerta sobre precatório de P\$3,8bilhõesa Pernambuco.

Nos três casos, os valores são complementação do extinto Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). Fabio Pupo

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/index.do?notop=1&_ga=2.5431418.850783211.1628482916-429082973.1562671609

Crescimento será insuficiente para baixar desemprego pós-pandemia



Cosmo Donato: questão é melhorar os fundamentos da economia para que taxa, que é alta, caia, ou não suba mais

Ana Conceição

Normalizadas as condições sanitárias no país, em 2022, o número de brasileiros com algum tipo de ocupação remunerada deve se aproximar dos níveis pré-pandêmicos, assim como a taxa de desemprego, que girava em torno de 12% em 2019. Não significa dizer, contudo, que o mercado de trabalho, que já vinha com problemas antes da crise provocada pelo coronavírus, passará a ver números muito melhores nos próximos anos, ainda que a atividade volte a crescer perto do potencial, ao redor dos 2%, segundo economistas.

No curto prazo, a taxa de desemprego deve continuar muito alta mesmo com a recuperação da economia, porque a força de trabalho, que diminuiu muito na pandemia, deve se recuperar. No longo prazo, dificuldades agravadas pela atual crise devem manter uma parcela de cidadãos fora do mercado.

No trimestre encerrado em maio, a força de trabalho, que reúne pessoas empregadas e aquelas à procura de ocupação, ainda era 4,43 milhões menor que no mesmo período em 2019. "Só consigo imaginar uma taxa de desemprego de 12% em 2022", afirma Silvia Matos, economista do FGV Ibre. Baixar muito mais além desse número dependeria de um crescimento econômico muito elevado, que por enquanto está fora das previsões. O FGV Ibre estima alta de 1,6% no **PIB** de 2022.

Cosmo Donato, economista da LCA Consultores, avalia que com um crescimento anual do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2,5%, o dobro da média do período entre 2017 e 2019, seria possível chegara

uma taxa de desemprego de 9,5% em 2025. O que resultaria em torno de 10 milhões de desempregados, um número elevadíssimo, levando em conta a recuperação da força de trabalho.

A projeção de Donato para a chamada taxa "natural" de desemprego, aquela considerada de equilíbrio, que não acelera a **inflação**, também é de 9,5%, mas ele observa ser importante separar a análise conjuntural da estrutural. Sob o ponto de vista conjuntural, diz, o país pode voltar a ver uma taxa de 9,5% nos próximos anos. "Não é impossível acontecer. Mas isso não tem relação com a taxa estrutural, de longo prazo", afirma. A questão é melhorar os fundamentos da economia para que essa taxa, que é alta, caia, ou pelo menos que não suba mais.

"Temos revisado a taxa natural à medida que incorporamos o crescimento menor da economia nos últimos anos e que o país foi ficando para trás na promoção dos fatores estruturais que ajudariam a puxá-la para baixo", afirma. Os fatores são capital (investimento, em queda há anos) e trabalho (produtividade, estagnada).

O horizonte, por ora, não é favorável. Nos próximos anos, o país deve observar um aprofundamento da chamada uberização das formas de trabalho, com o avanço da mecanização, uma tendência mundial.

"Há uma legião de trabalhadores em potencial de risco de perda de emprego. É um mercado em transformação e exige uma qualificação que não está ocorrendo na nossa mão de obra. E isso é compatível com um desemprego perto de dois dígitos."

Além disso, o baixo crescimento potencial da economia brasileira, as deficiências na educação básica e as transformações trazidas pela pandemia - como a aceleração da digitalização nas empresas - estão entre os fatores que devem manter alto o número de brasileiros sem ocupação, ou mesmo subocupados.

Uma característica da atual crise é que as transformações na maneira de fazer negócios se aceleraram e intensificaram a desigualdade no mercado de trabalho. "O que mais ouvimos dos CEOs no ano passado é que eles aceleraram o uso de tecnologias digitais. Isso tem implicações na

empregabilidade das pessoas. Há uma camada da população que está despreparada para esse avanço tecnológico", afirmou a economista Zeina Latif em evento na semana passada. Para ela, após a pandemia, a taxa natural de desemprego será mais elevada. Ela estaria hoje perto de 9,5%, segundo a economista.

Estudos sugerem que as crises estão intensificando a substituição de trabalhadores menos qualificados por automação, afirma o economista Bruno Ottoni, pesquisador do instituto IDados. Ocorreu na recessão 2015-2016 e está ocorrendo agora. Mas o pesquisador vê a taxa natural de desemprego mais influenciada pela baixa produtividade do trabalhador e a rigidez da legislação trabalhista que por esse fator tecnológico. Isso porque os trabalhadores substituídos, por assim dizer, não ficariam necessariamente sem ocupação, mas migrariam para uma posição mais precária no mercado.

"No Brasil, há muita ocupação que é de oferta, em que o indivíduo vai trabalhar sem saber se há demanda. Uber, por exemplo". Nesse sentido, Ottoni vê uma mudança de perfil do trabalho no pós-pandemia, em que vai aumentar - ainda mais - o trabalho informal, com queda de renda. "São empregos de baixa qualidade em que o ajuste vai se dar na renda".

O certo é que as crises também tendem a elevar o desemprego de longo prazo, acima de dois anos. Levantamento feito por Bruno Ottoni, do IDados, mostra que, no primeiro trimestre de 2021, a desocupação de longo prazo atingiu o recorde de 3,5 milhões de pessoas. O mesmo já tinha acontecido na recessão de 2015-2016. "Os dados revelam que, em períodos de recessão, aumenta a dificuldade em achar emprego para aqueles que já estavam desempregados. Dessa forma, o acúmulo de pessoas desocupadas de longo prazo se agrava". Homens, negros e pessoas acima de 30 anos formam a maior parte desse contingente em 2021.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186974?page=1§ion=1

Oposição arma reação política à ofensiva de Bolsonaro na área social

Cristiane Agostine

Com a promessa do governo federal de reformular o Bolsa Família aumentando seu valor, apoiadores do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do ex-governador do Ceará Ciro Gomes (PDT) já preparam propostas para evitar que o presidente Jair Bolsonaro se aproprie em 2022 da principal marca das gestões petistas na Presidência. Parlamentares, governadores e prefeitos da oposição defendem ações na área social, com um reajuste ainda maior do Bolsa Família, para ficar entre R\$ 600 e R\$ 700, valor superior aos até R\$ 400 avaliados pelo governo. A oposição deve focar em programas de transferência de renda para reduzir a desigualdade e em investimentos públicos, para gerar empregos e renda.

A oposição acompanha de perto os investimentos de Bolsonaro na área social com vista a 2022, mas avalia que o legado do Bolsa Família continua vinculado aos governos do PT. A preocupação agora é apresentar propostas viáveis, com foco na redução de desemprego e miséria.

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PSB), analisa que o Bolsa Família é uma memória do "lulismo". "Esse legado já é nosso. Me preocupo mais com discurso para o futuro do que a proteção do legado", diz. No comando de um dos Estados com mais beneficiários do Bolsa Família, Dino afirma que o desafio da oposição é construir uma ampla aliança eleitoral. "Esse é o principal ponto. O governo Bolsonaro nunca teve uma cara social, não tem e não terá. Nossa questão principal é o futuro", diz.

Para Dino, o aumento da **inflação** e da miséria e o desemprego recorde farão com que o impacto eleitoral do Bolsa Família em 2022 seja menor do que foi em 2006 e 2010. "Bolsonaro dá com uma mão e tira com a outra", diz. "O aumento do preço dos alimentos e do gás de cozinha impactou muito fortemente o povo", afirma Dino. "O Bolsa Família sozinho não muda cenários eleitorais. A vitória de Lula e Dilma foi por um conjunto de políticas do qual o Bolsa Família fazia parte."

Em sintonia com Dino, o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), avalia que a crise econômica limitará o crescimento eleitoral de Bolsonaro. "São muitos fatores que vão pesar em 2022. Com o nível de

desgastes a que chegou, a alta de luz no final do túnel, com erros e crises por cima de crises, é muito difícil mudar eleitoralmente", diz. Dias lembra que o governo ficou de dezembro a abril sem pagar o auxílio emergencial, e destaca a necessidade de programas de transferência de renda e do aumento do Bolsa Família.

Bolsonaro tem dito que pretende aumentar em 50% o Bolsa Família e mudar o nome para "Auxílio Brasil". O valor médio do benefício é de R\$ 192 e o presidente tem prometido pagar entre R\$ 300 e R\$ 400. Ainda hoje deve se encontrar com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) para, além da crise política provocada pela emenda do voto impresso, discutir o novo programa social.

O senador Humberto Costa (PT-PE) diz que a oposição tentará aumentar para R\$ 600, valor do auxílio emergencial pago durante cinco meses em 2020. "De forma alguma votaremos contra uma medida que vai beneficiar a população", afirma. "Vamos defender um valor ainda mais expressivo", diz. Costa afirma que nas eleições o PT apresentará propostas na área social vinculadas ao aumento do emprego e da produção no país. "A população avalia o governo não só pelo Bolsa Família, mas por outras ações. Não temos perspectiva de emprego e a carestia, que já é grande, pode aumentar. Só o Bolsa Família não é suficiente para dar competitividade eleitoral a um candidato", diz.

O prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira (PDT), afirma que a oposição não deve **temer** o impacto do Bolsa Família nas urnas e reforça que o desafio é buscar a unidade para fazer o contraponto a Bolsonaro. Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, Nogueira também defende o aumento do valor do benefício.

"Não vai ser o Bolsa Família que vai decidir a eleição, que vai fazer ganhar ou perder. Precisamos reacender a esperança num país mais democrático, com a redistribuição de renda. O país tem que se reconciliar com sua trajetória. Vai ganhar o candidato ou o bloco que melhor conseguir expressar isso", diz Nogueira. "À oposição cabe construir uma frente ampla, democrática, que vá além da esquerda. A esquerda deve buscar o consenso, mas infelizmente ainda está buscando o dissenso", afirma.

A delicada pauta eleitoral em tramitação no Congresso (Editorial)

Tramitam atualmente na Câmara dos Deputados alguns projetos relacionados diretamente à preservação do pleno funcionamento do estado democrático de direito no país. O primeiro é a proposta de emenda constitucional que tenta reintroduzir o voto impresso, a qual já recebeu tratamento adequado da comissão especial criada para analisar o assunto: a rejeição.

Na noite de quinta-feira, a despeito das pressões do Palácio do Planalto, o colegiado rejeitou o parecer do deputado Filipe Barros (PSL-PR) favorável à PEC. Uma derrota contundente, por 23 votos a 11, mas insuficiente para tirar esse tema da pauta em definitivo.

Esta é uma fixação do presidente da República. Tema frequente nas declarações do chefe do Executivo, como se no Brasil todos os cidadãos já estivessem imunizados contra a covid-19 e os efeitos da crise estivessem resolvidos. Sua prioridade tem sido questionar a lisura do processo eleitoral e colocar em xeque o resultado do pleito de 2022, em meio à enxurrada de pesquisas que apontam sua delicada situação - até este momento - na corrida presidencial.

Deve-se destacar, também, que a decisão da comissão especial teve outro importante aspecto didático para aqueles que pretendem tumultuar a democracia nacional.

O relatório de Barros ia além da simples auditoria da eleição. Alterava o modelo de votação, restabelecendo a contagem manual e feita dentro das salas de votação. Uma receita perfeita para que as eleições gerais do Brasil, uma das maiores democracias do mundo, estivessem ainda mais expostas a grupos de pressão e ao crime organizado.

A comissão especial deu nova demonstração de comprometimento com a causa democrática ainda na sexta-feira, um dia nacionalmente conhecido como de pouca atividade no Parlamento. Seus integrantes retomaram as discussões do tema e aprovaram o parecer alternativo, favorável ao arquivamento da PEC do voto impresso. Desta vez, por 22 votos a 11.

A despeito de ser um evidente retrocesso, dificilmente o presidente e seus aliados desistirão de levar a ideia adiante. O que se espera agora, por outro lado, é que

o plenário ajude a desqualificá-la de vez tão logo possível. E isso pode não demorar tanto.

Poucas horas depois do vexame governista, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), convocou a imprensa e informou que de fato decidira levar a discussão para o plenário da Casa. Para Lira, a votação por todos os deputados, eleitos de forma legítima pelo atual sistema e pela urna eletrônica, é o único meio de dar um fim à questão e dirimir as tensões entre os Poderes.

Caberá a estes mesmos parlamentares analisar com cautela outras duas matérias, a condenável ideia de se adotar o chamado "distritão" como sistema de eleição de deputados e o projeto de mudança do Código Eleitoral que limita a atuação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Neste último caso, o risco é as prestações de contas das campanhas serem menos transparentes e as informações disponíveis para o eleitor ficarem mais restritas.

Já em relação ao "distritão", sistema criticado por especialistas e desaprovado mundo afora por eleger simplesmente os deputados mais votados, desprezando os votos contabilizados aos demais contendores ou às legendas, os riscos são outros: o enfraquecimento dos partidos, o favorecimento de celebridades e a perpetuação no poder de políticos já conhecidos do grande público.

Isso tudo depois de o Congresso aprovar um inacreditável aumento do fundo eleitoral para 2022, que passará para R\$ 5,7 bilhões. Nas eleições de 2018 e de 2020, a verba ficou em torno de R\$ 2 bilhões. O presidente Jair Bolsonaro prometeu vetar a expansão bilionária dos recursos para a campanha do ano que vem, mas ainda não se sabe se terá força ou real interesse para realizar a empreitada.

A semana passada pelo menos se encerrou com um alento. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou em entrevista à Globo News que as propostas de implementação do voto impresso e do "distritão" não têm apoio entre seus pares. Para ele, o país deveria seguir as regras eleitorais aprovadas em 2017, no âmbito da **reforma política**, e reclamou de possíveis mudanças para 2022. Espera-se que essa visão seja majoritária em ambas as Casas do Congresso.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186974?page=1§ion=1